

1. Contexto operacional

A TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo” ou “Companhia”), constituída em 11 de janeiro de 1999, tem por objeto específico a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades. É uma sociedade anônima de capital aberto, constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede em São Paulo, capital, e com ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) sob a sigla “TPIS3”.

a) Controladas e controladas em conjunto

Em 30 de setembro de 2013 as participações relevantes da Triunfo, segregadas por segmento de negócios, são conforme segue:

i) *Concessionárias de rodovias*

Concer

A Concessão Rodoviária de Juiz de Fora – Rio S.A. (“Concer”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, da rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trevo das Missões), nos termos do Contrato de Concessão DNER/PG-138/95-00 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 180 km, e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 814,4 MG (bidirecional), km 45,5 RJ (bidirecional) e km 104 RJ (bidirecional). O início da concessão ocorreu em 1º de março de 1996 e o prazo da concessão está previsto para 25 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

Concepa

A Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. (“Concepa”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, da rodovia BR-290/RS, trecho Osório - Guaíba, e o entroncamento da BR-116/RS, nos termos do Contrato de Concessão DNER/PG-016/97-00 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 121 km, e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 19,5 (sentido Porto Alegre - Osório), km 77,5 (bidirecional) e km 110,7 (sentido Osório - Porto Alegre). O início da concessão ocorreu em 4 de julho de 1997, e o prazo da concessão está previsto para 20 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

Econorte

A Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. (“Econorte”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, do Lote nº 1 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, nos termos do Contrato de Concessão assinado com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER/PR-071/97 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 341 km e possui três praças de

pedágio, localizadas nos km 0 da BR-369 (bidirecional), km 126 da BR-369 (bidirecional) e km 3 da PR-323 (bidirecional). O início da concessão ocorreu em 14 de novembro de 1997 e o prazo da concessão está previsto para 24 anos, podendo ser prorrogado conforme condições previstas no contrato de concessão.

Ecovale

A Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. (“Ecovale”) tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, do Sistema Rodoviário BR-470/SC, nos termos do Contrato de Concessão totaliza 488,1 Km e até o momento a Ecovale encontra-se em fase pré operacional, em razão da contestação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que discute a nulidade do contrato, conforme apresentado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

No caso de extinção das concessões, reverterem ao poder concedente todos os bens transferidos para a administração das concessionárias, os bens reversíveis incorporados às rodovias durante as concessões e os direitos e privilégios decorrentes dessas, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos e cessam, para as concessionárias, todos os direitos emergentes dos contratos. Em caso de extinção, as concessionárias serão indenizadas pelo valor contábil dos investimentos incorporados às concessões ainda não amortizados.

ii) *Prestação de serviços de operação, manutenção e conservação de rodovias*

As controladas Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. (“Rio Bonito”), Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. (“Rio Guaíba”) e Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio e Serviços Rodoviários Ltda. (“Rio Tibagi”) prestam serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho) e conservação das rodovias (recuperação de obras de infra-estrutura) às concessionárias de rodovias. Esses serviços foram contratados, quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares àquelas que seriam realizadas com terceiros e são regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pelo poder concedente.

iii) *Geração de energia elétrica*

Rio Verde

A Rio Verde Energia S.A. (“Rio Verde”) tem por objeto específico a implantação, a geração, a comercialização e a instalação da linha de transmissão de interesse restrito à central geradora de energia elétrica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Salto (“UHE Salto”), localizada no Rio Verde, nos municípios de Itarumã e Caçu, no Estado de Goiás, nos termos do Contrato de Concessão assinado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 090/02, com prazo de 35 anos, contados a partir de 11 de dezembro de

2002, podendo ser prorrogado mediante o cumprimento pela Companhia das condições estabelecidas pelo contrato de concessão.

A usina iniciou a operação da 1ª máquina em 25 de maio de 2010 e da 2ª máquina em 28 de agosto de 2010, com capacidade total instalada de 116 MW conforme aprovação da ANEEL publicada no Diário Oficial da União no dia 27 de março de 2009 e energia assegurada de 558.888 MWh/ano.

Em 19 de agosto de 2011, foi publicada em Diário Oficial da União, a Portaria nº 33, que autorizou o aumento de 4,0 MW na garantia física de energia da UHE Salto, totalizando a energia assegurada de 593.928 MWh/ano.

Ao termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização, paga à Rio Verde, dos investimentos realizados e ainda não amortizados.

A Rio Verde possui um Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (“Power Purchase Agreement” ou “PPA”) com a Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. (“Votener”) do total da energia assegurada da usina Salto pelo prazo de 16 anos, correspondentes aos 558.888 MWh/ano, contados a partir do início da operação, ao preço médio de R\$130,00 por MW/h, reajustados com base na variação do IGP-M.

À partir do último trimestre de 2009 a Companhia foi procurada por importantes entidades do mercado com relevantes propostas de novos projetos que vão ao encontro de seus interesses e estratégias. Dadas essas novas oportunidades e a previsão de recursos para fazer frente a esses investimentos, a Administração da Triunfo tomou a decisão de alienar a participação na controlada Rio Verde.

Em 2013, a Companhia manteve negociações de venda sendo efetuado processo de “*due diligence*” e, por ocasião de acontecimentos e circunstâncias fora do controle da Administração da Companhia, o processo ainda encontra-se em fase de negociação. Cabe ressaltar que a mesma continua comprometida com seu plano de venda do investimento na controlada Rio Verde.

Diante disso, cumprindo com o disposto no item 9 do CPC 31, a Companhia manteve o investimento na controlada Rio Verde na rubrica “Participações a comercializar” na demonstração financeira individual porém, segregado entre “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas” nas informações trimestrais consolidadas, conforme descrito na nota explicativa nº 10.

Rio Canoas

A Rio Canoas Energia S.A. (“Rio Canoas”) tem por objeto específico a exploração do potencial de energia hidráulica, mediante concessão para exploração do potencial energético

denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi (“UHE Garibaldi”), vencida pela Companhia em Leilão nº 03/2010, localizada no Rio Canoas, nos municípios de Cerro Negro e Abdon Batista, no Estado de Santa Catarina, com potência instalada mínima de 177,9 MW. A Rio Canoas passou a ter o direito de exploração da UHE Garibaldi pelo prazo de 35 anos a partir da assinatura do contrato de concessão.

Em 14 de dezembro de 2010, foi assinado o contrato nº 03/2010 – MME – UHE Garibaldi, entre a União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia – MME, e a Rio Canoas publicado no Diário Oficial da União no dia 16 de dezembro de 2010. O contrato tem como objeto regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Canoas, denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi, cuja concessão foi outorgada por meio do Decreto de 09 de dezembro de 2010.

Os investimentos previstos necessários para colocar a Usina em operação são de aproximadamente R\$ 970.200¹. A expectativa da Administração é que 48,2% dos recursos necessários para a implantação serão captados através de financiamento juntos ao BNDES e outros agentes financeiros e o restante, inclusive aquisição de terrenos, por meio de capital próprio. Até 30 de setembro de 2013 foram investidos o montante de R\$ 401.756, provenientes de recursos aportados pela Companhia.

Em 6 de janeiro de 2011, foi protocolado o pedido de enquadramento do projeto de implantação da Usina Hidrelétrica de Garibaldi, para análise de viabilidade de apoio financeiro pelo BNDES, na modalidade de financiamento de longo prazo estruturado sob a forma de Project Finance Direto. Referido enquadramento foi deferido pelo BNDES em 15 de fevereiro de 2011 (correspondência 114/2011-BNDES-CEC). Em 05 de junho de 2012 foi autorizada a concessão de colaboração financeira, destinada à implantação da UHE Garibaldi, através da Decisão de Diretoria nº 520/2012-BNDES, tendo sido firmado, em 10 de julho de 2012, o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 12.2.0520.1. Em 23 de agosto de 2012 foi recebido do BNDES o primeiro desembolso no montante de R\$270.000 e em 21 de janeiro de 2013 o segundo desembolso no montante de R\$ 67.700.

O início da construção da UHE Garibaldi ocorreu no primeiro trimestre de 2011, com a expectativa de início de suas atividades operacionais em outubro de 2014 (1ª máquina - turbina), em novembro de 2014 (2ª máquina - turbina) e dezembro de 2014 (3ª máquina - turbina), conforme prazo determinado pelo contrato de concessão.

Em 2 de fevereiro de 2011, foi concedida à Companhia a Licença Ambiental de Instalação Nº 084/2011 – LAI, pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA, com validade por um prazo de 06(seis) meses. Referida LAI foi renovada pela FATMA na data de 27 de

¹ Valor não revisado pelos Auditores Independentes.

outubro de 2011, passando a ter um prazo de validade de 40 (quarenta) meses a partir daquela data.

Em 20 de dezembro de 2012, foi concedida à Companhia a Licença Ambiental de Instalação Nº 8040/2012 – LAI, pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA, referente a implantação da linha de transmissão de energia elétrica de 230 kV – UHE Garibaldi, com validade por um prazo de 36 meses.

A usina iniciou a operação da 1ª unidade geradora da Casa de Força Principal em 24 de setembro de 2013, com capacidade instalada de 191,9MW e garantia física de 83,1 MWm conforme autorização da ANEEL, através do despacho nº 3.218 da Superintendência de Fiscalização de Serviços de Geração – SFG.

Pelo cronograma da ANEEL, a usina deveria entrar em operação em 01 de janeiro de 2015, sendo que a partir desta data 70% da energia já está vendida a R\$107,98 (R\$128,97 atualizados) pelos 30 anos de concessão. Com a antecipação, a Triunfo passa a ter a possibilidade de vender 100% da energia gerada durante os 15 meses antecipados.

À partir do último trimestre de 2012, a Administração da Triunfo, com objetivo de continuar implementando o forte ritmo de crescimento aliado ao momento vivido pelo mercado de energia, tomou a decisão de alienar a participação na controlada Rio Canoas assim como a controlada Rio Verde.

Outros

Em 30 de setembro de 2013, a Triunfo mantém, em fase de desenvolvimento de viabilidade, projetos de PCHs (pequenas centrais hidrelétricas) e energia eólica, cujos investimentos realizados totalizam o montante de R\$ 16.003.

iv) *Administração de portos*

Portonave

Através do Contrato de Adesão MT/DP 098/01 a União, por meio do Ministério dos Transportes, autorizou a Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes (“Portonave”) a iniciar a exploração do porto de uso privativo, situado na margem esquerda do rio Itajaí-Açu, na região denominada Ponta da Divinéia, no município de Navegantes, no Estado de Santa Catarina. A Portonave possui os direitos de exploração do Porto de Navegantes por 25 anos, contados a partir de 18 de agosto de 2006, renováveis automaticamente para mais 25 anos.

O Porto de Navegantes possui três berços de atracação em 900 metros de cais e calado de 11,3 metros e uma retro área com capacidade para 1,3 milhão de *TEUs* (*twenty-foot equivalent unity*, unidade de medida equivalente a um contêiner de 20 pés). As atividades de operação portuária tiveram início em 21 de outubro de 2007.

Extinto o contrato, os bens móveis e imóveis não serão revertidos à União. Adicionalmente, a União poderá optar, quando da extinção do contrato, pela exploração do terminal portuário a partir do momento em que a Portonave for indenizada pelos seus bens e direitos oriundos do referido contrato de adesão.

A Iceport, subsidiária integral da Portonave, administra e opera uma câmara frigorificada para armazenamento de cargas próprias e de terceiros.

Vetria

Em 15 de julho de 2008, a Triunfo constituiu a Santa Rita S.A. – Terminais Portuários (“Santa Rita”), com o objetivo de instalar e operar terminal portuário em quaisquer das modalidades previstas pela Lei nº 8.630/93, bem como a exploração das atividades correlatas à operação de terminais portuários.

Parte do capital social da Santa Rita foi formado através do aporte do investimento detido pela Triunfo na TPB Terminal Portuário Brites Ltda. (“TPB”), no montante de R\$70.200, adquirido em 25 de junho de 2008.

Em 5 de abril de 2011, foi concebido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, a licença prévia nº 399/2011 relativa ao Terminal Portuário Brites.

Em 1 de setembro de 2011, foi realizada a retrovenda das 3.750.000 ações de emissão da Santa Rita, correspondente a 1,5% das ações da mesma, que estavam sob a posse da Triunfo e que passaram para a propriedade do Sr. Pedro da Rocha Brites pelo montante de R\$3.750. Em ato contínuo, a Triunfo exerceu a opção de compra da totalidade das ações de emissão da Santa Rita de propriedade do Sr. Pedro da Rocha Brites, as quais correspondem a 12% do capital da referida empresa pelo montante de R\$41.967, conforme descrito na nota explicativa nº 20. Em 30 de setembro de 2011, a opção de compra foi exercida pela Companhia e o saldo foi liquidado no primeiro trimestre de 2012. Como efeito dessa transação, a Companhia registrou um ágio em transações de capital no montante de R\$12.091 diretamente no seu patrimônio líquido, na rubrica de “Reserva de capital”.

Em 19 de dezembro de 2011, a Companhia juntamente com a ALL – América Latina Logística S.A. (“ALL”) e com os acionistas da Vetorial Participações S.A. (“Vetorial”) celebraram um contrato com o objetivo de implementar uma associação estratégica (“Associação”), por meio de uma sociedade a ser denominada Vetria Mineração S.A. (“Vetria”), para criar um sistema integrado mina-logística-porto. Esse contrato possuía a interveniência e anuência das controladas Santa Rita e TPB e da Vetorial Mineração S.A. e previa uma série de condições suspensivas a serem cumpridas para efetiva constituição da Vetria.

Em 3 de dezembro de 2012, verificou-se o cumprimento de tais condições suspensivas, de modo que as partes convencionaram constituir a Vetria utilizando como veículo a Santa Rita. Primeiramente, houve a transformação dessa sociedade para Vetria Mineração S.A. e aporte, pela Triunfo, no montante de R\$15.000, em três parcelas mensais subsequentes à associação. Em seguida, ocorreu a entrada dos sócios ALL, através da compra de participação, e da Vetorial, através do aporte do ativo minerário, que aumentou o valor do patrimônio líquido da Vetria para R\$3.538.181. O ativo minerário aportado foi registrado a valor justo, com base em laudo elaborado por especialista contratado, e reflete a expectativa de rentabilidade futuro do negócio. Como resultado, o capital social total e votante da Vetria encontra-se atualmente distribuído da seguinte forma:

Acionista	Participação (%)
ALL	50,38%
Triunfo	15,79%
Vetorial Participações	33,83%
Total	100,00%

Como efeito da entrada dos novos sócios, a Triunfo passou a deter 15,79% e reconheceu um ganho de capital na variação de participação no montante de R\$518.376 diretamente no resultado do exercício, revertendo o ágio registrado na conta de reserva de capital no montante de R\$12.091 e impactando a rubrica de “Reserva de lucros a realizar” no montante de R\$480.971 e a rubrica de “Reserva legal” no montante de R\$25.314. Com isso, a partir de dezembro de 2012, a Vetria deixou de ser controlada e passou a ser classificada como controlada em conjunto da Triunfo. O investimento está sendo reconhecido pelo método de equivalência patrimonial conforme determina o CPC 18 (R2), vide nota explicativa nº 12.

O projeto da Vetria consiste na exploração e beneficiamento de ativos minerários localizados no Maciço de Urucum, em Corumbá-MS, transporte logístico ferroviário do minério até Santos-SP e exportação do produto através de um terminal portuário privado localizado no mesmo município.

Portonaus, Moss e Manave

Em 24 de janeiro de 2011, a Triunfo firmou com a Cruzeiro do Sul Administradora de Terminais Logísticos Ltda. (a “Cruzeiro do Sul”) o Contrato de Cessão e Transferência de Direitos, com o objetivo de adquirir o direito oneroso de exploração de superfície de uma área de 87,8 mil m² na cidade de Manaus por um período de 50 anos, pelo valor de R\$16.500. Até 30 de setembro de 2013, foi liquidado o montante de R\$10.000, estando o pagamento do saldo remanescente condicionado a desocupação da área e a transferência dos direitos, sendo a obrigação registrada na rubrica de “Contratos de aquisição de ativos” no passivo não circulante.

Em 18 de fevereiro de 2012, a Triunfo por intermédio da sua controlada Portonaus, celebrou contrato de Compra e Venda de

91% das quotas sociais da empresa Moss Serviços Portuários e Transportes Ltda., pelo montante de R\$4.500. Referida empresa é titular de autorização, outorgada pela União, para exploração, por prazo indeterminado, de terminal portuário sob a modalidade de uso privativo misto à margem esquerda do Rio Negro nos termos da Resolução ANTAQ nº 888, de 24 de outubro de 2007. A celebração do contrato será notificada às autoridades competentes, designadamente ao SBDC (Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência), nos termos da Lei nº 8884/94, e à ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), conforme determina a Lei nº 10.233/01. O valor da aquisição encontra-se registrado na rubrica de “Contratos de aquisição de ativos” no passivo não circulante. Em 1º de abril de 2012, a controlada Portonaus efetuou o pagamento do montante de R\$3.500. O saldo remanescente de R\$1.000 será liquidado em duas parcelas de R\$500, mediante atendimento de condições contratuais e serão corrigidas pelo IPCA.

v) *Serviços de cabotagem*

A NTL – Navegação e Logística S.A. (“NTL”) inicialmente denominada Oncídio Participações S.A., constituída em 29 de setembro de 2008, possui, como objetivo social, atuar nas atividades de transporte aquaviário e multimodal de cargas, através da exploração dos serviços de navegação marítima de longo curso e de cabotagem no transporte de carga, além da participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras. Proprietária da embarcação Maestra Atlântico, em abril de 2011, a controlada NTL entrou em operação com a prestação de serviços de cabotagem.

A Vessel-Log Companhia Brasileira de Navegação e Logística S.A. (“Vessel-Log”), foi constituída em 27 de maio de 2009, com o objetivo social de atuar nas atividades de exploração, com embarcações próprias ou de terceiros, o comércio marítimo de longo curso, cabotagem e fluvial, no transporte de cargas em geral, além dos serviços de reparo naval, comércio, intermediação, importação, exportação e armazenagem de embarcações, equipamentos, componentes, peças e partes inerentes as suas atividades e das sociedades nas quais participe. Proprietária da embarcação Maestra Mediterrâneo, em setembro de 2011, a controlada Vessel-Log entrou em operação com a prestação de serviços de cabotagem.

A Maestra Navegação e Logística S.A. (“Maestra”), constituída em 27 de maio de 2009, possui, como objeto social, atuar na exploração, com embarcações próprias ou de terceiros, o comércio marítimo de longo curso, cabotagem e fluvial no transporte de cargas geral, exercer atividades de armazenagem e comercialização de serviços e logística de mercadorias e de administração de embarcações, prestar serviços de transporte em geral, exercer atividades complementares, correlatas ou acessórias, inerentes às suas atividades, quando necessárias ou convenientes aos interesses sociais, segundo os padrões fixados

na legislação e regulamentos, além de exercer serviços de reparo naval, comércio intermediação, exportação e armazenagem de embarcações, equipamentos, componentes, peças e partes inerentes as suas atividades nas quais participe. A Maestra poderá também participar de sociedades nacionais e estrangeiras, a qual é controladora da Maestra Shipping LLP, uma companhia constituída em 2 de fevereiro de 2011, em Londres, Inglaterra, sob regulamentação específica (LLP Act 2.000) e tem como atividade a armação, operação e afretamento de navios e de transporte de cargas pela via marítima com navios próprios ou afretados. É proprietária das embarcações Maestra Caribe e Maestra Pacífico, as quais estão arrendadas para a Maestra na operação de cabotagem no Brasil.

Em 18 de novembro de 2011, a controlada Maestra assinou contrato com o armador japonês Nippon Yusen Kabushiki Kaisha ("NYK"), para aquisição de 10% do negócio de cabotagem, diluindo a participação da Companhia e seus outros acionistas, com o objetivo de aprimorar a prestação de serviços de cabotagem no Brasil.

Em setembro de 2012, os acionistas da Maestra, NTL e Vessel-Log deliberaram pelo aumento de capital social nas companhias no montante total de R\$ 11.984. A Triunfo utilizou parte dos seus mútuos ativos no montante de R\$ 9.502 com as controladas de cabotagem para fazer frente ao aumento proposto. Como houve acionistas que decidiram não acompanhar o referido aumento de capital, os mesmos foram diluídos e a participação da Triunfo aumentou de 58,50% para 60,73%.

Em 01 de julho de 2013, a Triunfo adquiriu a participação da NYK no negócio de cabotagem pelo montante de R\$10.000, alterando sua participação de 60,73% para 69,66% e registrando uma perda de R\$22.606 pelo fato do patrimônio líquido das empresas de cabotagem encontrar-se negativo. Como não houve perda de controle, o registro ocorreu na rubrica de "Ágio em transações de capital" no Patrimônio Líquido da controladora.

vi) *Administração de aeroportos*

Aeroportos Brasil - Viracopos

Em 14 de junho de 2012, a controlada em conjunto Aeroportos Brasil - Viracopos S.A., assinou com a Agência Nacional de Aviação Civil ("ANAC") o contrato de concessão para ampliação, manutenção e operação do Aeroporto Internacional de Campinas (Viracopos), pelo prazo de 30 (trinta) anos.

A participação indireta da Triunfo no negócio corresponde a 22,95%, uma vez que:

- a) A Concessionária é formada pelos acionistas (i) Aeroportos Brasil S.A. (Acionista Privado), que detém 51% de participação, e (ii) Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, que detém 49%;

b) O Acionista Privado é uma sociedade de propósito específico formado pelas empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Leilão 002/2011, que possui a seguinte composição acionária: Triunfo com 45%, UTC Participações S.A. com 45%, e Egis Airport Operation com 10%.

Em contraprestação pela concessão da exploração do aeroporto, a controlada em conjunto Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. pagará à União contribuição fixa anual no montante de R\$127.367, reajustado anualmente pelo IPCA, equivalente a R\$3.821.010, referente à outorga decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da presente concessão. Além da contribuição fixa, compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da concessionária e de suas eventuais subsidiárias integrais.

Em 11 de julho de 2012 a ANAC, por meio de publicação realizada no Diário Oficial da União, autorizou a controlada em conjunto a iniciar a fase I do contrato de concessão de aeroportos nº 003/ANAC/2012.

Em 31 de agosto de 2012 a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (“CETESB”) emitiu a licença ambiental de instalação sob o número 2.126, para a controlada em conjunto. A licença de instalação permite que a concessionária inicie os investimentos previstos no contrato de concessão. As obras foram iniciadas no mês de setembro de 2012, três meses antes do previsto no cronograma da licitação, com o objetivo de entregar o segundo terminal de passageiros, com capacidade para 14 milhões de passageiros, fingers para 28 aeronaves e estacionamento correspondente, dentro de 22 meses.

Em 14 de novembro de 2012 iniciou-se o último estágio de transição do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas, com a controlada em conjunto Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. passando a responder pela operação do complexo. Durante noventa dias, a Infraero acompanhou as atividades assumidas pela controlada em conjunto, prestando os esclarecimentos e informações necessárias para garantir a continuidade da operação. Todas as receitas e custos incidentes sobre as atividades do aeroporto passam a ser de responsabilidade da controlada em conjunto.

Em 14 de fevereiro de 2013 encerrou-se o último estágio de transição entre a iniciativa pública e privada da concessão do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas. A partir desta data a controlada em conjunto Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. passa a responder integralmente pela operação do complexo.

A concessionária passa a ser responsável por todas as atividades funcionais do aeroporto, como a gestão de recursos humanos, programas de segurança e vigilância, operação e manutenção do sítio aeroportuário, operação administrativa e comercial, além de conduzir a interação e comunicação com os demais envolvidos no

dia a dia de Viracopos, como usuários, lojistas e agentes governamentais.

b) Eventos relevantes ocorridos no terceiro trimestre de 2013

i) Triunfo – Aumento de participação no negócio de cabotagem

Em 1 de julho de 2013, a Companhia aumentou sua participação no negócio de cabotagem de 60,73% para 69,66% através da aquisição de participação detida pela NYK no montante de R\$10.000, gerando uma perda de R\$22.606, conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) v).

ii) Concer – 1ª Emissão de debêntures e resgate antecipado das notas promissórias

Em 12 de julho de 2013, a controlada Concer emitiu 200 debêntures simples e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$200.000, conforme descrito na nota explicativa nº 17.

Os recursos captados foram utilizados para alongar e melhorar o perfil da estrutura de endividamento da controlada, para resgatar antecipadamente a totalidade das notas promissórias e pagamento do saldo devedor das cédulas de crédito bancário tomadas pela controlada, sendo que o restante dos recursos obtidos foi destinado ao pagamento de despesas de capital e investimentos em bens de capital, recomposição de caixa e despesas em curso ordinário dos negócios da controlada.

iii) Triunfo – Entrada do BNDESPAR no capital social

Em 13 de agosto de 2013 foi homologado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$330.000, com a emissão de 30.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme descrito na nota explicativa nº 23 a).

O BNDES Participações S.A. – BNDESPAR subscreveu 25.966.004 de ações, passando a deter 14,75% de participação na Companhia.

Em 22 de agosto de 2013, foi celebrado novo acordo entre os acionistas da Companhia conforme configuração acionária atual.

iv) Triunfo - Aquisição de propriedade em Santos

Em 12 de setembro de 2013 a Triunfo, através de sua controlada Júpiter, adquiriu um terreno de 185.881,56 metros quadrados e eventuais direitos decorrentes, localizado em Santos, no estado de São Paulo, pelo valor de R\$20.597.

Parte da área adquirida será incorporada à Vetria Mineração, da qual a Companhia detém 15,78% de participação, e o restante será destinada ao desenvolvimento de novos projetos, dando continuidade à sua estratégia de expansão de suas operações.

v) Rio Canoas – Início da operação comercial

Em 23 de setembro de 2013, a controlada Rio Canoas, recebeu autorização da ANEEL para iniciar a operação comercial da Usina Hidrelétrica de Garibaldi conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) iii).

2. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das informações trimestrais em 07 de novembro de 2013.

2.1. Declaração de conformidade

As informações trimestrais da Companhia, para o período findo em 30 de setembro de 2013, compreendem:

- a) as informações trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pela International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como “Consolidado”.
- b) As informações trimestrais individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como “Controladora”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e incluem também as normas emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, as normas emitidas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 30 de setembro de 2013. As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, bem como, pelo ativo imobilizado que foi avaliado pelo seu valor atribuído, na data de transição.

As informações trimestrais individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente. Desta forma, essas informações contábeis individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações contábeis da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

As informações trimestrais foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

2.2.2 Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações contábeis.

Itens não monetários em moeda estrangeira reconhecidos pelo seu valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

2.3. Critérios de consolidação

As informações trimestrais consolidadas incorporam os saldos das contas patrimoniais e de resultado da Companhia e de suas controladas que são registradas pelo método de equivalência patrimonial, conforme segue:

Companhias	Controle	30/09/13		31/12/12	
		Participação (%)		Participação (%)	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. ("Econorte")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Tibagi Serviços de Operações e de Apoio Rodoviários Ltda ("Rio Tibagi")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. ("Concepa")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Guaíba")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. ("Concer")	Controlada	62,5	-	62,5	-
Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. ("Rio Bonito")	Controlada	62,5	-	62,5	-
Concessionária das Rodovias do Vale do Paraíba S.A. - Triunfo Convale ("Triunfo Convale")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Paraíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Paraíba")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. ("Ecovale")	Controlada	52,5	-	52,5	-
Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes ("Portonave")	Controlada em conjunto	33,3	16,7	33,3	16,7
Iceport Terminal Frigorífico de Navegantes S.A. ("Iceport") (i)	Controlada em conjunto	-	50,0	-	50,0
Teconave Terminais de Contêineres de Navegantes S.A. ("Teconave") (i)	Controlada em conjunto	-	50,0	-	50,0
Vetria Mineração S.A. ("Vetria")	Controlada em conjunto	15,8	-	15,8	-
TPB Terminal Portuário Brites Ltda. ("TPB") (ii)	Controlada em conjunto	-	15,8	-	15,8
Vetorial Mineração Ltda. ("Vetorial") (ii)	Controlada em conjunto	-	15,8	-	15,8
TPI-Log S.A. ("TPI-Log")	Controlada	100,0	-	100,0	-
MaNave S.A. – Terminais Portuários ("MaNave")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Portonaus S.A. - Terminais Portuários ("Portonaus")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Moss Serviços Portuários e Transportes Ltda ("Moss") (iv)	Controlada	-	99,7	-	91,0
Maestra Navegação S.A. ("Maestra") (v)	Controlada	69,7	-	60,7	-
Maestra Shipping LLP ("Maestra LLP") (iii), (v)	Controlada	-	69,7	-	60,7
Vessel-Log Companhia Brasileira de Navegação e Logística S.A. ("Vessel-Log") (v)	Controlada	69,7	-	60,7	-
NTL - Navegação e Logística S.A. ("NTL") (v)	Controlada	69,7	-	60,7	-
Trevally Participações e Investimentos S.A. ("Trevally")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Claro Operação e Manutenção Ltda ("Rio Claro")	Controlada	100,0	-	100,0	-
TNE – Triunfo Negócios de Energia S.A. ("TNE")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Tucano Energia S.A. ("Tucano")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Retirinho Energia S.A. ("Retirinho")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Guariroba Energia S.A. ("Guariroba")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Estrela Energia S.A. ("Estrela")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Taboca Energia S.A. ("Taboca")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Anddis Participações e Investimentos Ltda ("Anddis")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Dable Participações Ltda ("Dable")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Jahy Participações Ltda ("Jahy")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Santip Participações Ltda ("Santip")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Aeroportos Brasil S.A. ("AB")	Controlada em conjunto	45,0	-	45,0	-
Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. ("ABV")	Controlada em conjunto	-	22,9	-	22,9
Tijóá Participações e Investimentos S.A. ("Tijóá")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Dourado Participações Ltda. ("Rio Dourado")	Controlada	100,0	-	100,0	-
ATTT do Brasil Inspeções e Participações Ltda ("ATTT")	Controlada	64,0	-	64,0	-
Juno Participações e Investimentos S.A. ("Juno")	Controlada	100,0	-	-	-
Júpiter Participações e Investimentos S.A. ("Júpiter")	Controlada	100,0	-	-	-
Vulcano Participações e Investimentos S.A. ("Vulcano")	Controlada	100,0	-	-	-
Marte Participações e Investimentos S.A. ("Marte")	Controlada	100,0	-	-	-
Diana Participações e Investimentos S.A. ("Diana")	Controlada	100,0	-	-	-

- (i) A controlada Portonave detém 100,0% de participação nas controladas Iceport e Teconave.
- (ii) A controlada em conjunto Vetria detém 100,0% de participação na TPB e na Vetorial Mineração.
- (iii) A controlada Maestra detém 100,0% de participação na controlada Maestra LLP.
- (iv) Em 28 de dezembro de 2012, a controlada Portonaus aumentou sua participação na controlada Moss para 99,71%. Para fazer frente ao referido aumento, a Portonaus utilizou o adiantamento para futuro aumento de capital que possuía com a controlada Moss.
- (v) Em 01 de julho de 2013, a Triunfo adquiriu a participação da NYK no negócio de cabotagem, alterando sua participação de 60,73% para 69,66%, conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) v).

Os saldos dos balanços patrimoniais e dos resultados do período findo em 30 de setembro de 2013 das controladas, utilizados na consolidação estão apresentados a seguir:

a) Segmento rodoviário

	<u>Econorte</u>	<u>Rio Tibagi</u>	<u>Concepa</u>	<u>Rio Guaíba</u>	<u>Concer</u>	<u>Rio Bonito</u>	<u>Convale</u>	<u>Rio Paraíba</u>	<u>Ecovale</u>
Ativo circulante	25.454	570	14.659	8.523	28.073	2.765	51	-	-
Ativo não circulante	297.600	36.507	306.142	1.545	672.336	4.980	14.923	-	-
Total do ativo	323.054	37.077	320.801	10.068	700.409	7.745	14.974	-	-
Passivo circulante	50.507	26.011	79.963	2.083	25.743	2.263	2	400	-
Passivo não circulante (i)	165.637	30	136.046	27	313.258	1.097	-	-	-
Patrimônio líquido (i)	106.910	11.036	104.792	7.958	361.408	4.385	14.972	(400)	-
Total do passivo e patrimônio líquido	323.054	37.077	320.801	10.068	700.409	7.745	14.974	-	-
Receita operacional líquida	149.579	33.595	176.160	32.371	231.465	33.814	-	-	-
Custo dos serviços prestados	(95.354)	(19.139)	(125.794)	(8.540)	(177.951)	(14.386)	-	-	-
Lucro bruto	54.225	14.456	50.366	23.831	53.514	19.428	-	-	-
Despesas operacionais, líquidas	(10.365)	(1.978)	(6.347)	(1.352)	(10.216)	(1.529)	(27)	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	43.860	12.478	44.019	22.479	43.298	17.899	(27)	-	-
Resultado financeiro, líquido	(6.942)	351	(14.675)	(23)	(15.047)	(100)	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	36.918	12.829	29.344	22.456	28.251	17.799	(27)	-	-
Imposto de renda e contribuição social									
Correntes	(11.157)	(2.328)	(13.026)	(1.247)	(13.398)	(1.245)	-	-	-
Diferidos	(791)	-	4.453	-	8.155	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	24.970	10.501	20.771	21.209	23.008	16.554	(27)	-	-

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

b) Segmento portuário

	<u>Portonave</u>	<u>Iceport</u>	<u>Teconnave</u>	<u>Vetria</u>	<u>Vetorial</u>
Ativo circulante	72.134	19.225	1.367	59.978	28.461
Ativo não circulante	1.598.912	10.085	27.030	6.611.523	27.077
Total do ativo	1.671.046	29.310	28.397	6.671.501	55.538
Passivo circulante	231.422	31.331	3.829	7.817	27.279
Passivo não circulante (i)	552.723	151	67	2.932.472	18.938
Patrimônio líquido (i)	886.901	(2.172)	24.501	3.731.212	9.321
Total do passivo e patrimônio líquido	1.671.046	29.310	28.397	6.671.501	55.538
Receita operacional líquida	213.656	81.134	39.705	-	-
Custo dos serviços prestados	(127.296)	(79.012)	(8.013)	-	-
Lucro (prejuízo) bruto	86.360	2.122	31.692	-	-
Despesas operacionais, líquidas	(3.563)	(1.696)	(3.188)	(8.505)	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	82.797	426	28.504	(8.505)	-
Resultado financeiro, líquido	(22.198)	(2.156)	(25)	35.730	-
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	60.599	(1.730)	28.479	27.225	-
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	(25.998)	-	(4.578)	-	-
Diferidos	12.902	499	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	47.503	(1.231)	23.901	27.225	-

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

As companhias Portonave, Iceport, Teconnave, Vetria e Vetorial não foram consolidadas pela companhia por se caracterizarem por controladas em conjunto, vide detalhes na nota explicativa nº 3.1.

	<u>TPB</u>	<u>TPI - Log</u>	<u>MaNave</u>	<u>Portonauas</u>	<u>Moss</u>	<u>Júpiter</u>
Ativo circulante	-	29.807	1	103	12.052	-
Ativo não circulante	70.852	730.240	10.283	24.575	8.739	20.597
Total do ativo	70.852	760.047	10.284	24.678	20.791	20.597
Passivo circulante	1	17.747	1	1.011	804	-
Passivo não circulante (i)	-	-	7.964	1.434	1.000	-
Patrimônio líquido (i)	70.851	742.300	2.319	22.233	18.987	20.597
Total do passivo e patrimônio líquido	70.852	760.047	10.284	24.678	20.791	20.597
Receita operacional líquida	-	-	-	-	5.939	-
Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	(5.182)	-
Lucro (prejuízo) bruto	-	-	-	-	757	-
Despesas operacionais, líquidas	(30)	11.969	(38)	(147)	(343)	(672)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	(30)	11.969	(38)	(147)	414	(672)
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	(2)	(4)	-
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	(30)	11.969	(38)	(149)	410	(672)
Imposto de renda e contribuição social						
Correntes	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	(30)	11.969	(38)	(149)	410	(672)

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

c) Energia e outros

	<u>Rio Claro</u>	<u>TNE</u>	<u>Tucano</u>	<u>Retirinho</u>	<u>Guariroba</u>	<u>Estrela</u>	<u>Taboca</u>
Ativo circulante	9.411	4.453	30	-	-	-	-
Ativo não circulante	6.810	160.805	7.838	1.763	1.843	1.823	1.370
Total do ativo	16.221	165.258	7.868	1.763	1.843	1.823	1.370
Passivo circulante	9.257	2.680	42	165	-	1	1
Passivo não circulante (i)	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido (i)	6.964	162.578	7.826	1.598	1.843	1.822	1.369
Total do passivo e patrimônio líquido	16.221	165.258	7.868	1.763	1.843	1.823	1.370
Receita operacional líquida	8.401	17.862	-	-	-	-	-
Custos dos serviços prestados	-	(16.003)	-	-	-	-	-
Lucro bruto	8.401	1.859	-	-	-	-	-
Despesas operacionais, líquidas (ii)	(368)	(653)	(108)	(1)	(22)	(22)	(22)
Lucro antes do resultado financeiro	8.033	1.206	(108)	(1)	(22)	(22)	(22)
Resultado financeiro, líquido	(2)	28	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes do impostos sobre o lucro	8.031	1.234	(108)	(1)	(22)	(22)	(22)
Imposto de renda e contribuição social							
Correntes	(974)	(412)	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	7.057	822	(108)	(1)	(22)	(22)	(22)

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

(ii) As investidas em fase de implantação tiveram seus gastos pré-operacionais registrados no grupo "Despesas operacionais, líquidas de outras receitas" devido à eliminação do grupo "Ativo diferido", no ativo não circulante, e da impossibilidade em reconhecer esses gastos em outros grupos do ativo.

	<u>Anddis</u>	<u>Dable</u>	<u>Jahy</u>	<u>Santip</u>	<u>Tijoá</u>	<u>Rio</u> <u>Dourado</u>	<u>Juno</u>	<u>Marte</u>	<u>Vulcano</u>	<u>Diana</u>	<u>ATTT</u>
Ativo circulante	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	117
Total do ativo	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	117
Passivo circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Passivo não circulante (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido (i)	1	1	1	1	1	-	-	-	-	(1)	117
Total do passivo e patrimônio líquido	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	117
Despesas operacionais, líquidas (ii)	-	-	-	-	(2)	-	(29)	(30)	(29)	(1)	-
Prejuízo antes do resultado financeiro	-	-	-	-	(2)	-	(29)	(30)	(29)	(1)	-
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo antes do imposto sobre o lucro	-	-	-	-	(2)	-	(29)	(30)	(29)	(1)	-
Prejuízo do período	-	-	-	-	(2)	-	(29)	(30)	(29)	(1)	-

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

(ii) As investidas em fase de implantação tiveram seus gastos pré-operacionais registrados no grupo "Despesas operacionais, líquidas de outras receitas" devido à eliminação do grupo "Ativo diferido", no ativo não circulante, e da impossibilidade em reconhecer esses gastos em outros grupos do ativo.

d) Serviços de cabotagem

	<u>Maestra</u>	<u>Maestra LLP</u>	<u>Vessel Log</u>	<u>NTL</u>	<u>Trevally</u>
Ativo circulante	3.910	34.821	23.827	29.699	1
Ativo não circulante	212.869	38.594	177.155	161.377	-
Total do ativo	216.779	73.415	200.982	191.076	1
Passivo circulante	129.844	121	50.403	54.297	-
Passivo não circulante (i)	104.165	-	220.583	223.357	-
Patrimônio líquido (i)	(17.230)	73.294	(70.004)	(86.578)	1
Total do passivo e patrimônio líquido	216.779	73.415	200.982	191.076	1
Receita operacional líquida	5.069	13.218	42.908	65.270	-
Custo dos serviços prestados	-	-	(80.602)	(105.814)	-
Lucro (prejuízo) bruto	5.069	13.218	(37.694)	(40.544)	-
Despesas operacionais, líquidas	4.250	(1.953)	(470)	2.568	(6)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	9.319	11.265	(38.164)	(37.976)	(6)
Resultado financeiro, líquido	(15.291)	(13)	(22.298)	(23.191)	-
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	(5.972)	11.252	(60.462)	(61.167)	(6)
Imposto de renda e contribuição social					
Diferidos	1.988	-	20.557	20.795	-
Lucro (prejuízo) do período	(3.984)	11.252	(39.905)	(40.372)	(6)

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

e) Administração de aeroportos

	<u>A. Brasil</u>	<u>A.B. Viracopos</u>
Ativo circulante	8.389	207.280
Ativo não circulante	194.281	3.791.070
Total do ativo	202.670	3.998.350
Passivo circulante	43	1.325.983
Passivo não circulante (i)	44	2.291.423
Patrimônio líquido (i)	202.583	380.944
Total do passivo e patrimônio líquido	202.670	3.998.350
Receita operacional líquida	-	1.252.606
Custo dos serviços prestados	-	(1.121.490)
Lucro bruto	-	131.116
Despesas operacionais, líquidas	(18.554)	(36.582)
Prejuízo antes do resultado financeiro	(18.554)	94.534
Resultado financeiro, líquido	2.325	(148.394)
Lucro (prejuízo) antes do impostos sobre o lucro	(16.229)	(53.860)
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(969)	-
Diferidos	-	18.305
Lucro (prejuízo) líquido do período	(17.198)	(35.555)

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

As Companhias Aeroportos Brasil e Aeroportos Brasil Viracopos não foram consolidadas pela Companhia por se caracterizarem por controladas em conjunto, vide detalhes na nota explicativa nº 3.1.

Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação, dentre as quais as principais são:

- Saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controladas, assim como as receitas e despesas das suas transações.
- Participação no capital social e lucro líquido (prejuízo) do período das empresas controladas.

O exercício social e informações trimestrais das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes, similar às condições de mercado.

2.3.1. Conciliação do patrimônio líquido e resultado do período da controladora com consolidado.

	Patrimônio Líquido		Lucro líquido	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	30/09/2012
Controladora	2.109.303	1.843.722	172	783
Participação de acionistas não controladores	82.675	124.683	(15.565)	(13.726)
Consolidado	2.191.978	1.968.405	(15.393)	(12.943)

3. Sumário das principais práticas contábeis

As informações trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, que devem ser lidas em conjunto com estas informações trimestrais. Cabe ressaltar que não houve alterações nas práticas contábeis em 2013, exceto quanto ao reconhecimento de margem de construção a saber:

Reconhecimento de receita e margem de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. A Companhia também avaliou que não está previsto contratualmente qualquer remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção. Com base neste cenário, a Companhia determinou impraticável a definição de margem com relação às receitas de construção nas concessões de rodovias.

Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

3.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas

No primeiro trimestre de 2013, novas normas emitidas pelo CPC e IASB entraram em vigor em 1º de janeiro de 2013 e foram aplicadas pela primeira vez pela Companhia. A administração da Companhia avaliou essas novas normas e apresenta os efeitos a seguir quanto à aplicação das normas CPC 36 (R3)/ IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e CPC 19 (R2)/ IFRS (11) – Negócios em conjunto.

Outros pronunciamentos aplicáveis pela primeira vez em 2013, divulgados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012, não tiveram impacto sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia.

A Companhia possui participação de 50% na Portonave, 45% na Aeroportos Brasil e 15,79% na Vetria. Até 31 de dezembro de 2012 os ativos, passivos, receitas e despesas desses investimentos eram reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia proporcionalmente à sua participação. Com a adoção do CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas (IFRS 10), a partir de 1º de janeiro de 2013 a Companhia concluiu que tais investimentos representam controles em conjunto (*joint ventures*) conforme acordo de acionistas, sendo requerido o seu reconhecimento pelo método de equivalência patrimonial. Com relação aos investimentos na Concer, Maestra, Maestra LLP, NTL e Vessel-log, a Companhia concluiu que detém o controle sobre as mesmas passando a consolidá-las integralmente. Os efeitos da aplicação do CPC 36 (R3) /IFRS 10 no período e exercício comparativo estão demonstrados abaixo:

	30/09/2012			31/12/2012		
	Originalmente divulgado	Efeito da transição para as novas normas	Reapresentado	Originalmente divulgado	Efeito da transição para as novas normas	Reapresentado
Receita operacional líquida	622.754	(35.569)	587.185	930.454	(95.908)	834.546
Custos dos serviços prestados	(305.117)	(16.341)	(321.458)	(484.320)	25.306	(459.014)
Custo de manutenção - IAS 37	(1.665)	-	(1.665)	(1.665)	-	(1.665)
Depreciação	(39.328)	32.867	(6.461)	(52.536)	42.669	(9.867)
Amortização	(88.164)	(18.237)	(106.401)	(120.795)	(23.846)	(144.641)
Lucro bruto	188.480	(37.280)	151.200	271.138	(51.779)	219.359
Receitas (Despesas)						
Operacionais	(78.148)	5.143	(73.005)	(100.582)	11.098	(89.484)
Depreciação	(6.944)	4.226	(2.718)	(9.183)	5.592	(3.591)
Amortização	(3.317)	(662)	(3.979)	(4.532)	(938)	(5.470)
Resultado de equivalência patrimonial	-	2.485	2.485	3.843	(531)	3.312
Resultado não realizado	-	-	-	506.285	-	506.285
Lucro operacional antes do resultado financeiro	100.071	(26.088)	73.983	666.969	(36.558)	630.411
Receitas financeiras	16.700	(4.453)	12.247	23.485	(10.216)	13.269
Despesas financeiras	(112.148)	(1.263)	(113.411)	(172.872)	5.665	(167.207)
Variação cambial, líquida	(9.646)	9.646	-	(9.989)	9.989	-
Resultado financeiro	(105.094)	3.930	(101.164)	(159.376)	5.438	(153.938)
Lucro antes do IR/CSLL	(5.023)	(22.158)	(27.181)	507.593	(31.120)	476.473
IR /CSLL	(8.029)	8.387	358	(10.514)	12.409	1.895
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	(13.052)	(13.771)	(26.823)	497.079	(18.711)	478.368
Operações descontinuadas						
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	13.880	-	13.880	18.544	-	18.544
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	828	(13.771)	(12.943)	515.623	(18.711)	496.912
Atribuição aos:						
Acionistas controladores	787	(4)	783	515.557	-	515.557
Acionistas não controladores	41	(13.767)	(13.726)	66	(18.711)	(18.645)

31/12/2012

ATIVO	Originalmente divulgado	Efeito da transição para as novas normas	Reapresentado
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	129.279	(74.948)	54.331
Aplicações financeiras vinculadas	36.154	-	36.154
Contas a receber de clientes	76.939	(14.654)	62.285
Adiantamento a fornecedores	11.659	46	11.705
Impostos a recuperar	16.712	(836)	15.876
Contas a receber - partes relacionadas	15.085	21.540	36.625
Despesas de exercícios seguintes	4.334	(2.506)	1.828
Outros créditos	7.147	(2.089)	5.058
Total do ativo circulante	297.309	(73.447)	223.862
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo:			
Aplicações financeiras vinculadas	1.078	623	1.701
Contas a receber de clientes	3.413	(3.413)	-
Créditos tributários diferidos	88.644	(3.203)	85.441
Contas a receber - partes relacionadas	41.326	(7.635)	33.691
Depósitos judiciais	2.454	23	2.477
Impostos a recuperar	3.394	234	3.628
Despesas de exercícios seguintes	258	167	425
Outros créditos	7.699	4.978	12.677
	148.266	(8.226)	140.040
Investimentos	649.583	548.256	1.197.839
Imobilizado	909.166	(709.166)	200.000
Intangível	1.742.330	(354.850)	1.387.480
	3.301.079	(515.760)	2.785.319
Total do ativo não circulante	3.449.345	(523.986)	2.925.359
Ativos de operações descontinuadas	1.371.270	-	1.371.270
TOTAL DO ATIVO	5.117.924	(597.433)	4.520.491

31/12/2012

**PASSIVO E PATRIMÔNIO
LÍQUIDO**

CIRCULANTE

	Originalmente divulgado	Efeito da transição para as novas normas	Reapresentado
Fornecedores	58.288	(18.727)	39.561
Empréstimos e financiamentos	114.041	28.424	142.465
Debêntures	106.534	(13.382)	93.152
Provisão para manutenção	39.615	(31.083)	8.532
Salários, provisões e contribuições sociais	17.247	(1.144)	16.103
Impostos, taxas e contribuições	32.048	4.685	36.733
Adiantamento de clientes	2.145	(793)	1.352
Dividendos propostos	-	119	119
Contas a pagar - partes relacionadas	27.935	(13.078)	14.857
Contratos de aquisição de ativos	1.000	-	1.000
Arrendamento mercantil	3.275	2.080	5.355
Outras obrigações	6.444	(2.089)	4.355
Total do passivo circulante	408.572	(44.988)	363.584

NÃO CIRCULANTE

Provisão para manutenção	528.993	(500.556)	28.437
Empréstimos e financiamentos	81.706	22.610	104.316
Debêntures	1.075.970	(53.011)	1.022.959
Impostos, taxas e contribuições	3.801	1.531	5.332
Imposto de renda e contribuição social diferidos	346.270	(158.378)	187.892
Contratos de aquisição de ativos	6.500	-	6.500
Provisão sobre Patrimônio Líquido negativo de Controladas	49	-	49
Receitas diferidas, líquidas	8.462	4.078	12.540
Provisões para contingências	3.747	(286)	3.461
Arrendamento mercantil	12.594	8.121	20.715
Outras obrigações	1.887	(1.212)	675
Total do passivo não circulante	2.069.979	(677.103)	1.392.876

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social	512.979	-	512.979
Reservas de capital	7.777	-	7.777
Outros resultados abrangentes	637.001	-	637.001
Reservas de lucros	685.965	-	685.965
Participação de acionistas não controladores	25	124.658	124.683
Total do patrimônio líquido	1.843.747	124.658	1.968.405
Passivos de operações descontinuadas	795.626	-	795.626
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.117.924	(597.433)	4.520.491

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
Disponibilidades	5.460	3.303	19.055	17.773
Aplicações financeiras	106.995	36.250	107.394	36.558
	112.455	39.553	126.449	54.331

Os recursos se referem substancialmente a aplicações financeiras em CDB, lastreados ao rendimento do CDI, compromissadas, resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor.

5. Aplicações financeiras vinculadas

A Triunfo e suas controladas Concepa e Econorte constituem reserva monetária para o pagamento das remunerações mensais e amortizações das debêntures, conforme descrito na nota explicativa nº 17. A formação dessas reservas é supervisionada pelo agente fiduciário. A controlada Concepa utilizou o saldo existente na conta para liquidação das debêntures da 4ª emissão e dos CCBs em 02 de setembro de 2013. Os saldos apresentados são os seguintes:

	Consolidado	
	30/09/13	31/12/12
Triunfo (controladora)	-	28.389
Concepa	-	7.765
Econorte	49	40
Concer	-	1.661
	49	37.855
Parcela do circulante	-	36.154
Parcela do não circulante	49	1.701

As características e remunerações dessas aplicações são similares àquelas descritas na nota explicativa nº 4.

6. Contas a receber

	Consolidado	
	30/09/13	31/12/12
Pedágio (cartão e vale-pedágio)	42.453	36.155
Serviços portuários (carga, descarga e armazenamento)	1.557	793
Serviços de cabotagem	31.495	27.089
	75.505	64.037
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.752)	(1.752)
	73.753	62.285

A seguir, o saldo das contas a receber por vencimento:

	30/09/13	31/12/12
A vencer	73.753	62.285
Vencidos há mais de 90 dias	1.752	1.752
	75.505	64.037

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	30/09/13	31/12/12
Saldo no início do exercício	(1.752)	-
Adições	-	(1.752)
Saldo no final do exercício	(1.752)	(1.752)

A Triunfo e suas controladas adotam como critério para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa os itens vencidos há mais de 90 dias. Não ocorreram mudanças no critério de constituição da provisão no período.

7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	5.259	7.415	5.696	9.132
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	-	-	157	184
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	3.561	520	6.286	1.208
Programa de Integração Social – PIS	-	-	1.115	839
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	-	-	5.119	3.849
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	-	31	4.773	3.938
Outros	56	58	1.031	354
	8.876	8.024	24.177	19.504
Parcela do circulante	8.876	8.024	20.328	15.876
Parcela do não circulante	-	-	3.849	3.628

8. Créditos tributários diferidos

Os créditos tributários diferidos são oriundos do prejuízo fiscal, da base de cálculo negativa da contribuição social e das diferenças temporárias registradas nas controladas que apuram o resultado pelo Lucro Real.

Quanto a sua natureza os saldos podem ser demonstrados como segue:

	Consolidado	
	30/09/13	31/12/12
<u>Prejuízo Fiscal e Base Negativa da Contribuição Social:</u>		
Imposto de renda diferido	84.310	52.323
Contribuição social diferida	30.288	18.835
<u>Diferenças Temporárias:</u>		
Imposto de renda diferido	10.437	10.792
Contribuição social diferida	3.757	3.491
	128.792	85.441

As diferenças temporárias correspondem basicamente à provisão para manutenção das rodovias, amortização dos ágios advindos de incorporações na controlada Concepa e provisões para contingências.

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros determinada em estudo técnico aprovado pela Administração das controladas, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos indicada pelas projeções de resultado tributável são:

Consolidado	
Exercício a findar-se em:	
2013	7.820
2014	8.846
2015	5.802
2016	5.960
2017	8.535
Após 2017	91.829
	128.792

9. Operações com partes relacionadas

As Concessionárias de Rodovias contrataram as controladas Rio Bonito, Rio Guaíba e Rio Tibagi para prestar serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho), conservação das rodovias (recuperação de obras de infra-estrutura) e outros serviços. Esses serviços foram contratados, quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares das operações com terceiros, regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pela ANTT. O valor das receitas brutas das empresas de serviços, nos montantes de R\$35.743, R\$34.644 e de R\$36.060, respectivamente, foram completamente eliminados na consolidação das demonstrações financeiras, por se tratarem de operações entre as companhias consolidadas nas demonstrações financeiras, conforme descrito na nota explicativa nº 2.3.

As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e seus principais saldos e valores estão descritos a seguir:

	Controladora					
	30/09/13			31/12/12		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Dividendos a receber:						
Econorte	-	-	-	2.003	-	-
Concer	1	-	-	198	-	-
Rio Verde	5.357	-	-	15.085	-	-
Concepa	381	-	-	5.622	-	-
Rio Guaíba	551	-	-	-	-	-
TPI-Log	17.746	-	-	7.180	-	-
Portonave	35.493	-	-	14.360	-	-
Mútuos financeiros:						
Rio Tibagi (i)	-	31.175	(2.681)	-	34.867	(4.297)
Outros:						
Concepa	35	-	318	33	-	393
Outros	-	1.850	-	-	100	-
Total do circulante	59.564	33.025	(2.363)	44.481	34.967	(3.904)
Mútuos financeiros:						
Portonave (ii)	4.265	-	450	18.728	-	7.240
NTL (iii)	67.744	-	3.730	28.907	-	3.175
Vessel (iv)	40.267	-	1.719	9.733	-	233
Maestra (v)	24.382	-	2.141	14.961	-	1.431
Vetorial (vi)	259	-	15	241	-	23
Outros:						
Maestra (vii)	8.269	-	2.604	5.486	-	5.486
NTL (vii)	1.498	-	520	984	-	984
Vessel (vii)	7.062	-	3.854	3.118	-	3.118
Outros	3.682	-	-	3.602	-	-
Total do não circulante	157.428	-	15.033	85.760	-	21.690
Total	216.992	33.025	12.670	130.241	34.967	17.786

- (i) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Rio Tibagi, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,5% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Rio Tibagi.
- (ii) Mútuo referente a captações da Portonave com a Triunfo, atualizado por variação do dólar norte-americano mais 5,7452% a.a., equivalente a taxa ajustada com o acionista estrangeiro da Portonave, a fim de evitar a desqualificação da participação dos sócios.
- (iii) Mútuo referente a captações da NTL com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,3757% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iv) Mútuo referente a captações da Vessel-Log com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,3757% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (v) Mútuo referente a captações da Maestra com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,3757% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (vi) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (vii) Saldos a receber da Companhia pela prestação de garantia fidejussória através de contratos de remuneração firmados com as controladas NTL, Vessel e Maestra em 2012.

Os principais contratos firmados em 2013 entre as concessionárias de rodovia e empresas de serviço são: (i) conservação, recuperação e manutenção de rodovias, incluindo obras de artes correntes, canteiro central e faixa de domínio; (ii) atendimento a incidentes (recolhimento de animais e limpeza de pistas); (iii) operação de gerenciamento das “casas do motorista”; (iv) operação de sistema de pesagem; (v) apoio ao controle de tráfego; (vi) atendimento pré-hospitalar; (vii) socorro mecânico (resgate e guincho); (viii) inspeção e fiscalização tráfego e (ix) operação dos sistemas de arrecadação das praças de pedágio.

	Consolidado					
	30/09/2013			31/12/2012		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Dividendos a receber:						
Rio Verde	-	-	-	15.085	-	-
Portonave	35.493	-	-	14.360	-	-
TPI Log	17.746	-	-	7.180	-	-
Prestação de serviço:						
BR-040 (Concer) (i)	-	1.520	-	-	1.615	-
CTSA (Econorte) (i)	-	1.955	-	-	4.948	-
Consórcio TRS (Concepa) (i)	-	795	-	-	3.881	-
Mútuos financeiros:						
Portonave (ii)	-	-	-	-	2.343	7.240
Outros:						
Outros	-	121	-	-	2.070	-
Dividendos a pagar:						
Concer	-	1	-	-	119	-
Total do circulante	53.239	4.392	-	36.625	14.976	7.240
Mútuos financeiros:						
Vetorial (iii)	259	-	15	241	-	23
Portonave	4.265	-	450	19.085	-	-
Outros:						
Vetria (iv)	12.061	-	-	11.035	-	-
Outros	4.679	-	-	3.330	-	-
Total do realizável a longo prazo	21.264	-	465	33.691	-	23
Ativo Intangível de concessão e Imobilizado:						
CTSA (Econorte) (v)	685	-	30.407	-	-	31.282
CTSA (Rio Canoas) (vi)	40.832	-	-	26.714	-	-
Consórcio TRS (Concepa) (v)	-	-	2.302	-	-	2.370
Total do não circulante	62.781	-	33.174	60.405	-	33.675
Total	116.020	4.392	33.174	97.030	14.976	40.915

- (i) As Concessionárias de Rodovias, a Portonave e a Rio Tibagi contrataram a Construtora Triunfo S.A. ("CTSA"), diretamente ou em conjunto com outras companhias, através dos Consórcios Construtores nos quais esta participa, para execução das obras de ampliação e recuperação estrutural das rodovias e do porto. Os preços e as quantidades das obras realizadas em rodovias e no aeroporto estão de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão e as obras e os serviços previstos no Contrato de Concessão são fiscalizados pelo Poder Concedente.
- (ii) A Triunfo e a Backmoon, acionistas da Portonave, possuem mútuos com essa investida. Os saldos das remessas efetuadas pelos sócios quando não equivalentes não são eliminados na consolidação, o montante da diferença entre as remessas é registrado como ativo quando credores e passivo quando devedores.
- (iii) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iv) Saldo correspondente a aportes realizados pela Companhia para a controlada em conjunto Vetria
- (v) Esses saldos correspondem a adiantamentos para construção de ativos das concessões de rodovias e estão classificados no saldo do Ativo Intangível.
- (vi) Esse saldo corresponde a adiantamentos para construção da UHE Garibaldi e está classificado no saldo do Ativo Imobilizado.

10. Participações a comercializar e operações descontinuadas

Conforme descrito na nota explicativa nº1 a) iii), em 30 de setembro de 2013, os investimentos nas controladas Rio Verde e Rio Canoas encontram-se destinados a venda, sendo os investimentos, Rio Verde no montante de R\$ 241.846 (R\$ 236.435 em 31 de dezembro de 2012), e Rio Canoas no montante de R\$ 401.756 (R\$ 339.209 em 31 de dezembro de 2012), apresentados no quadro abaixo, classificado na rubrica "Participações a comercializar" nas demonstrações financeiras da controladora. Os totais dos ativos e passivos das controladas Rio Verde e Rio Canoas foram segregados entre "Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas" e o resultado reclassificado para o resultado de "Operações Descontinuadas" para fins das demonstrações financeiras consolidadas, conforme CPC 31 (IFRS 5).

Participações a comercializar			
	Participação (%)	30/09/13	31/12/12
Capital Social	100	130.000	130.000
Ajuste de avaliação patrimonial	100	83.575	86.201
Reserva de lucros	100	28.271	20.234
Total Rio Verde		241.846	236.435
Capital Social	100	300.000	300.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	100	101.707	40.324
Reserva de lucros a realizar	100	49	-
Prejuízo acumulado	100	-	(1.115)
Total Rio Canoas		401.756	339.209
Total		643.602	575.644

A equivalência patrimonial calculada neste período para os investimentos destinados a venda na Rio Verde foi de R\$ 11.722 e na Rio Canoas foi de R\$ 1.163.

Ainda em atendimento a Instrução CVM nº 247/96 e CPC 31 (IFRS 5), os saldos das principais contas dos balanços patrimoniais, das demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados dos períodos findos em 30 de setembro de 2013 e de 2012 e 31 de dezembro de 2012 estão apresentados a seguir:

**Balanços Patrimoniais de operações
descontinuadas**

	30/09/2013		31/12/2012	
	Rio Verde	Rio Canoas	Combinado	Combinado
Ativos				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	113	8.343	8.456	11.150
Aplicações financeiras vinculadas	15.440	-	15.440	12.201
Contas a receber	9.959	2.999	12.958	9.452
Adiantamentos a fornecedores	-	4.016	4.016	19.791
Impostos a recuperar	8.057	871	8.928	8.762
Contas a receber partes relacionadas	7.464	-	7.464	-
Despesas antecipadas	427	1.038	1.465	1.380
Outros créditos	1.204	1.207	2.411	3.195
	42.664	18.474	61.138	65.931
Ativo não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.727	-	6.727	3.909
Impostos a recuperar	2.000	-	2.000	8.001
Despesas antecipadas	-	269	269	897
Outros créditos	521	-	521	-
Imobilizado	553.183	1.022.783	1.575.966	1.273.352
Intangível	94	28.595	28.689	19.180
Total do ativo	605.189	1.070.121	1.675.310	1.371.270
Passivo				
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos	18.417	-	18.417	18.211
Fornecedores	1.242	13.428	14.670	30.748
Salários e encargos sociais	242	269	511	779
Adiantamentos de clientes	-	160.800	160.800	-
Obrigações fiscais	10.285	781	11.066	6.086
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	4.795
Contas a pagar partes relacionadas	11.118	35	11.153	-
Dividendos a pagar	4.553	-	4.553	8.388
Juros sobre capital próprio	-	-	-	5.692
Outras obrigações	9.108	3.506	12.614	13.875
	54.965	178.819	233.784	88.574
Passivo não circulante				
Empréstimo e financiamentos	265.324	376.195	641.519	558.231
Debêntures	-	113.351	113.351	104.387
Imposto de renda e contribuição social	43.054	-	43.054	44.406
Outras obrigações	-	-	-	28
	308.378	489.546	797.924	707.052
Patrimônio líquido				
Capital social	130.000	300.000	430.000	430.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	101.707	101.707	40.324
Ajuste de avaliação patrimonial	83.575	-	83.575	86.201
Reserva de lucros	28.271	49	28.320	19.119
Total do patrimônio líquido	241.846	401.756	643.602	575.644
Total do passivo e patrimônio líquido	605.189	1.070.121	1.675.310	1.371.270

**Demonstração do resultado de operações
descontinuadas**

	30/09/13		30/09/12	
	Rio Verde	Rio Canoas	Combinado	Combinado
Receita operacional líquida	89.918	2.888	92.806	78.613
Custos operacionais				
Operação de energia	(29.276)	-	(29.276)	(7.719)
Custo com pessoal	(626)	-	(626)	(745)
Depreciação	(17.207)	-	(17.207)	(17.319)
Obrigações da Concessão	(9.406)	(759)	(10.165)	(9.382)
Total dos custos operacionais	(56.515)	(759)	(57.274)	(35.165)
Lucro operacional bruto	33.403	2.129	35.532	43.448
Despesas operacionais, líquidas				
Salários e encargos sociais	(1.233)	(506)	(1.739)	(1.186)
Administradores	-	(334)	(334)	(131)
Administrativas	(1.523)	(718)	(2.241)	(2.746)
Depreciação e amortização	(107)	(73)	(180)	(111)
Outras receitas e despesas	(798)	15	(783)	(483)
Total das despesas operacionais, líquidas	(3.661)	(1.616)	(5.277)	(4.657)
Lucro operacional, antes do resultado financeiro	29.742	513	30.255	38.791
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	1.514	788	2.302	1.250
Despesas financeiras	(15.718)	(51)	(15.769)	(18.704)
Total do resultado financeiro	(14.204)	737	(13.467)	(17.454)
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	15.538	1.250	16.788	21.337
Imposto de renda e contribuição social corrente	(7.986)	(87)	(8.073)	(8.602)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.170	-	4.170	1.145
Lucro líquido do período	11.722	1.163	12.885	13.880

Fluxos de Caixa de operações descontinuadas	30/09/13		30/09/12	
	Rio Verde	Rio Canoas	Combinado	Combinado
Atividades operacionais				
Lucro(prejuízo) líquido do período	11.722	1.163	12.885	13.880
Ajustes por itens que não afetam o caixa				
Depreciação	17.307	62	17.369	17.430
Amortização	7	11	18	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	14.827	27.882	42.709	17.884
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.170)	-	(4.170)	(1.145)
Baixa de bens do imobilizado	650	-	650	48
Provisão imposto de renda sobre JSCP	(810)	-	(810)	-
Varição nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(507)	(2.999)	(3.506)	(241)
Contas a receber de partes relacionadas	5.601	-	5.601	-
Impostos a recuperar	5.945	-	5.945	6.004
Adiantamento a fornecedores	-	15.775	15.775	-
Outras variações no ativo	(3.829)	(660)	(4.489)	(6.452)
Fornecedores	(1.511)	(14.531)	(16.042)	353
Obrigações sociais	(351)	84	(267)	109
Obrigações fiscais	(123)	23	(100)	506
Imposto de renda e contribuição social correntes	284	-	284	1.939
Outras obrigações	539	(1.622)	(1.083)	185
Dividendos a pagar	(9.302)	-	(9.302)	-
JSCP a pagar	(5.727)	-	(5.727)	-
Outras variações nos passivos	-	-	-	-
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	30.552	25.188	55.740	50.500
Atividades de investimentos				
Aquisição de bens do imobilizado	(247)	(292.365)	(292.612)	(813)
Aquisição de bens do intangível	(33)	(37.512)	(37.545)	(30)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(280)	(329.877)	(330.157)	(843)
Atividades de financiamento				
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital	-	61.383	61.383	(15.098)
Captações através de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	81.000	81.000	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(31.460)	-	(31.460)	(34.725)
Venda antecipada de energia	-	160.800	160.800	-
Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	(31.460)	303.183	271.323	(49.823)
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(1.188)	(1.506)	(2.694)	(166)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1.301	9.849	11.150	248
Caixa e equivalentes de caixa em 30 de setembro	113	8.343	8.456	82

Demonstrações dos valores adicionados de operações descontinuadas

	30/09/13		30/09/12	
	Rio Verde	Rio Canoas	Combinado	Combinado
Receitas	99.964	3.312	103.276	87.441
Receitas relativas à venda de energia	99.964	2.999	102.963	87.441
Receitas relativas a construção de ativos próprios	-	313	313	-
Insumos adquiridos de terceiros	(41.433)	(1.778)	(43.211)	(20.907)
Custos dos serviços vendidos	(39.357)	-	(39.357)	(17.849)
Custos aplicados nos ativos próprios	-	(690)	(690)	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.076)	(1.088)	(3.164)	(3.058)
Valor adicionado bruto	58.531	1.534	60.065	66.234
Depreciação e amortização	(17.314)	(73)	(17.387)	(17.430)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	41.217	1.461	42.678	48.804
Valor adicionado recebido em transferência	1.514	788	2.302	1.250
Receitas financeiras	1.514	788	2.302	1.250
Valor adicionado total a distribuir	42.731	2.249	44.980	50.054
Distribuição do valor adicionado	42.731	2.249	44.980	50.054
Pessoal	1.585	838	2.423	1.729
Remuneração direta	1.060	682	1.742	1.439
Benefícios	463	107	570	228
F.G.T.S.	62	49	111	62
Impostos, taxas e contribuições	13.624	197	13.821	15.652
Federais	13.432	195	13.627	15.582
Estaduais	38	2	40	11
Municipais	154	-	154	59
Remuneração de capitais de terceiros	15.800	51	15.851	18.793
Juros relativos à capitais de terceiros	15.718	51	15.769	18.704
Aluguéis	82	-	82	89
Lucros (prejuízo) retidos do exercício	11.722	1.163	12.885	13.880
Juros sobre capital próprio	5.397	-	5.397	13.880
Lucro (prejuízo) do período	6.325	1.163	7.488	-

Perda por redução ao valor recuperável de imobilizado

Imediatamente antes da classificação das controladas Rio Verde e Rio Canoas como “Participações a Comercializar” e “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas”, o valor recuperável dos itens do imobilizado e intangível foi estimado sem que houvesse sido identificada perda no respectivo valor.

11. Despesas de exercícios seguintes

	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
Gastos com apólices de seguros (i)	17	77	3.400	1.788
Outros gastos	42	22	491	465
	59	99	3.891	2.253
Parcela do circulante	59	99	3.891	1.828
Parcela do não circulante	-	-	-	425

(i) São amortizados no mesmo prazo da vigência dos seguros contratados.

12. Investimentos

a) Investimentos permanentes

Investimento	Controladora				Investimentos permanentes em 30/09/13	Investimentos permanentes em 31/12/12
	Patrimônio líquido	Participação %	Equivalência patrimonial	Outras		
Econorte	106.910	100,0%	106.910	-	106.910	104.672
Rio Tibagi	11.036	100,0%	11.036	-	11.036	6.908
Concepa	104.792	100,0%	104.792	-	104.792	92.393
Rio Guaíba	7.958	100,0%	7.958	-	7.958	3.069
Concer	361.408	62,5%	225.880	-	225.880	267.554
Rio Bonito	4.385	62,5%	2.741	-	2.741	1.494
Convale	360	100,0%	360	-	360	359
Tucano	7.826	100,0%	7.826	-	7.826	7.707
Retirinho	1.598	100,0%	1.598	-	1.598	393
Guariroba	1.843	100,0%	1.843	-	1.843	1.844
Estrela	1.822	100,0%	1.822	-	1.822	1.050
TPI-Log	742.300	100,0%	742.300	-	742.300	772.324
Portonave (*)	886.901	33,3%	295.633	26.943	322.576	327.875
Trevally	1	100,0%	1	-	1	1
MaNave	2.319	100,0%	2.319	-	2.319	2.338
Portonaus	22.233	100,0%	22.233	-	22.233	16.285
Taboca	1.369	100,0%	1.369	-	1.369	1.351
Anddis	1	100,0%	1	-	1	1
Dable	1	100,0%	1	-	1	1
Jahy	1	100,0%	1	-	1	1
Santip	1	100,0%	1	-	1	1
Tijoa	1	100,0%	1	-	1	1
ATTT (*)	117	64,0%	75	42	117	53
Aeroportos Brasil (*)	202.583	45,0%	91.162	10.227	101.389	108.652
TNE	162.578	100,0%	162.578	-	162.578	760
Rio Claro	6.964	100,0%	6.964	-	6.964	-
Júpiter	20.597	100,0%	20.597	-	20.597	-
Total Investimentos	2.657.905		1.818.002	37.212	1.855.214	1.717.087
Vessel-Log (*)	(70.004)	69,66%	(48.765)	875	(47.890)	(17.582)
Rio Claro	-	100,0%	-	-	-	(93)
Maestra	(17.230)	69,66%	(12.002)	8	(11.994)	(8.058)
NTL (*)	(86.578)	69,66%	(60.310)	597	(59.713)	(27.581)
Rio Paraíba	(400)	100,0%	(400)	-	(400)	(400)
Ecovale (*)	-	52,5%	-	(49)	(49)	(49)
Diana	(1)	100,0%	(1)	-	(1)	-
Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	(174.213)		(121.478)	1.431	(120.047)	(53.763)
Total Investimentos Líquido	2.483.692		1.696.524	38.643	1.735.167	1.663.324

(*) As controladas em conjunto apresentam no exercício um desequilíbrio entre os acionistas nos aportes de capital e na integralização de capital que não são eliminadas nas demonstrações consolidadas.

Investimento	Consolidado – 30/09/13	
	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial
Aeroportos Brasil (*)	101.389	(7.263)
Vessel	-	63
Portonave	463.658	23.751
TPI-Log (**)	589.158	(8.219)
Total Investimentos em controladas	1.154.205	8.332
Outros Investimentos	58	-
Total Outros Investimentos	58	-
Ecovale (*)	(49)	-
Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	(49)	-
Total Investimentos Líquido	1.154.312	8.332

(*) As controladas em conjunto apresentam no exercício um desequilíbrio entre os acionistas nos aportes de capital e na integralização de capital que não são eliminadas nas demonstrações consolidadas.

(**) A partir de dezembro de 2012, os investimentos na Vetria e na Portonave nos montantes de R\$ 600.517 e 463.658 respectivamente, passaram a ser reconhecidos como MEP e não mais consolidado conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) iv).

b) Movimentação dos investimentos permanentes

Investimento	Investimentos permanentes em 31/12/12	Aportes de capital e aquisições	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos	Perda no aumento de participação	Transferência	Outros	Investimentos permanentes em 30/09/13	Resultado de equivalência patrimonial 30/09/12
Econorte	104.672	-	24.970	(22.732)	-	-	-	106.910	23.237
Rio Tibagi	6.908	-	10.501	(6.373)	-	-	-	11.036	9.759
Concepa	92.393	-	20.771	(8.372)	-	-	-	104.792	8.454
Rio Guaíba	3.069	-	21.209	(16.320)	-	-	-	7.958	21.375
Concer	267.554	-	14.380	(56.054)	-	-	-	225.880	13.165
Rio Bonito	1.494	-	10.346	(9.099)	-	-	-	2.741	9.674
Convale	359	28	(27)	-	-	-	-	360	(22)
Tucano	7.707	227	(108)	-	-	-	-	7.826	(177)
Retirinho	393	1.206	(1)	-	-	-	-	1.598	(7)
Guariroba	1.844	20	(21)	-	-	-	-	1.843	(26)
Estrela	1.050	794	(22)	-	-	-	-	1.822	(72)
Rio Dourado	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)
TPI-Log	772.324	11.246	11.969	(10.566)	-	-	(42.673)	742.300	(12)
Portonave	327.875	-	15.834	(21.133)	-	-	-	322.576	1.362
Trevally	1	6	(6)	-	-	-	-	1	(4)
MaNave	2.338	19	(38)	-	-	-	-	2.319	(86)
Portonaus	16.285	6.097	(149)	-	-	-	-	22.233	(675)
Rio Canoas (i)	-	-	1.163	-	-	(1.163)	-	-	92
Taboca	1.351	41	(23)	-	-	-	-	1.369	(29)
Anddis	1	-	-	-	-	-	-	1	(2)
Dable	1	-	-	-	-	-	-	1	(2)
Jahy	1	-	-	-	-	-	-	1	(2)
Santip	1	-	-	-	-	-	-	1	(2)
Tijóá	1	2	(2)	-	-	-	-	1	(8)
ATTT	53	64	-	-	-	-	-	117	(2)
Aeroportos Brasil	108.652	-	(7.263)	-	-	-	-	101.389	105
Vessel-Log	(17.582)	4.764	(25.458)	-	(9.614)	-	-	(47.890)	(16.877)
TNE	760	160.996	822	-	-	-	-	162.578	(44)
Rio Claro	(93)	-	7.057	-	-	-	-	6.964	(21)
Maestra	(8.058)	24	(2.622)	-	(1.338)	-	-	(11.994)	(352)
NTL	(27.581)	5.238	(25.716)	-	(11.654)	-	-	(59.713)	(21.489)
Rio Paraíba	(400)	-	-	-	-	-	-	(400)	(2)
Ecovale	(49)	-	-	-	-	-	-	(49)	(4)
Juno	-	29	(29)	-	-	-	-	-	-
Jupiter	-	21.269	(672)	-	-	-	-	20.597	-
Vulcano	-	29	(29)	-	-	-	-	-	-
Marte	-	30	(30)	-	-	-	-	-	-
Diana	-	-	(1)	-	-	-	-	(1)	-
Santa Rita	-	-	-	-	-	-	-	-	(24)
Rio Verde (i)	-	-	11.722	-	-	(11.722)	-	-	13.880
Total	1.663.324	212.129	88.527	(150.649)	(22.606)	(12.885)	(42.673)	1.735.167	61.160

(i) Conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) iii), em 30 de setembro de 2013 os investimentos nas controladas Rio Verde e Rio Canoas encontram-se destinados a venda. Vide nota explicativa nº 10.

c) Informações sobre os principais grupos de ativo, passivo e resultado das empresas controladas em conjunto em 30 de setembro de 2013 e 30 de setembro de 2012

								30/09/2013
	Portonave	Iceport	Teconnave	Vetria	Vetorial	TPB	Aeroportos Brasil	Aeroportos Brasil – Viracopos
Caixa e equivalente de caixa	11.660	176	728	58.818	1	-	4.831	145.695
Demais contas ativo circulante	60.474	19.049	639	1.160	28.460	-	3.558	61.585
Ativo não circulante	1.598.912	10.085	27.030	6.611.523	27.077	70.852	194.281	3.791.070
Total do ativo	1.671.046	29.310	28.397	6.671.501	55.538	70.852	202.670	3.998.350
Empréstimos e financiamentos - circulante	-	13.661	-	285	-	-	-	978.888
Debêntures – circulante	51.747	-	-	-	-	-	-	-
Demais contas - passivo circulante	179.675	17.670	3.829	7.532	27.279	1	43	347.095
Empréstimos e financiamentos – não circulante	-	-	-	116.219	-	-	-	-
Debêntures – não circulante	173.400	-	-	-	-	-	-	-
Demais contas - passivo não circulante	379.323	151	67	2.816.253	18.938	-	40	2.291.423
Patrimônio líquido	886.901	(2.172)	24.501	3.731.212	9.321	70.851	202.587	380.944
Total do passivo e PL	1.671.046	29.310	28.397	6.671.501	55.538	70.852	202.670	3.998.350
Receita operacional líquida	213.656	81.134	39.705	-	-	-	-	1.252.606
Custo dos serviços prestados	(56.121)	(79.012)	(8.013)	-	-	-	-	(1.101.729)
Depreciação	(71.175)	-	-	-	-	-	-	(204)
Amortização	-	-	-	-	-	-	-	(19.557)
Lucro bruto	86.360	2.122	31.692	-	-	-	-	133.116
Despesas operacionais líquidas	(27.784)	(1.786)	(3.214)	(8.624)	-	(30)	(420)	(36.464)
Depreciação	(9.436)	-	-	(42)	-	-	-	(118)
Amortização	(264)	-	-	(4)	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	22.670	-	-	171	-	-	(18.134)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	11.251	90	26	(6)	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	82.797	426	28.504	(8.505)	-	(30)	(18.554)	94.534
Receitas financeiras	1.810	1.067	2	37.900	-	-	2.339	11.133
Despesas financeiras	(23.142)	(1.353)	(27)	(2.170)	-	-	(14)	(159.527)
Variação cambial, líquida	(866)	(1.870)	-	-	-	-	-	-
Resultado financeiro líquido	(22.198)	(2.156)	(25)	35.730	-	-	2.325	(148.394)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	60.599	(1.730)	28.479	27.225	-	(30)	(16.229)	(53.860)
IR/CSLL								
Correntes	(25.998)	-	(4.578)	-	-	-	(969)	-
Diferidos	12.902	499	-	-	-	-	-	18.305
Lucro líquido (prejuízo) do período	47.503	(1.231)	23.901	27.225	-	(30)	(17.198)	(35.555)

	31/12/2012							
	<u>Portonave</u>	<u>Iceport</u>	<u>Teconnave</u>	<u>Vetria</u>	<u>Vetorial</u>	<u>TPB</u>	<u>Aeroportos Brasil</u>	<u>Aeroportos Brasil - Viracopos</u>
Caixa e equivalente de caixa	35.283	2.645	1.470	1.491	1	-	71.982	109.628
Demais contas ativo circulante	54.235	28.832	1.117	158	28.460	-	3.836	33.236
Ativo não circulante	1.617.223	14.418	22.669	6.545.246	27.077	70.852	145.657	2.624.194
Total do ativo	1.706.741	45.895	25.256	6.546.895	55.538	70.852	221.475	2.767.058
Empréstimos e financiamentos - circulante	-	29.134	-	-	-	-	-	32
Debêntures – circulante	26.764	-	-	-	-	-	-	-
Demais contas - passivo circulante	161.818	16.096	3.186	598	27.279	-	2.709	236.875
Empréstimos e financiamentos – não circulante	-	-	-	-	16.964	-	-	47.896
Debêntures – não circulante	220.643	-	-	-	-	-	-	-
Demais contas - passivo não circulante	394.718	1.325	84	2.582.059	1.974	-	40	2.196.654
Patrimônio líquido	902.798	(660)	21.986	3.964.238	9.321	70.852	218.726	285.601
Total do passivo e PL	1.706.741	45.895	25.256	6.546.895	55.538	70.852	221.475	2.767.058
Receita operacional líquida	233.775	109.192	40.605	-	3.918	-	-	262.764
Custo dos serviços prestados	(66.608)	(110.901)	(10.709)	-	(7.960)	-	-	(245.388)
Depreciação	(93.241)	-	-	-	(29)	-	-	(17)
Amortização	-	-	-	-	-	-	-	(3.041)
Lucro bruto	73.926	(1.709)	29.896	-	(4.071)	-	-	14.318
Despesas operacionais líquidas	(31.360)	(3.907)	(3.832)	(1.623)	(453)	(28)	(1.321)	(18.745)
Depreciação	(13.118)	-	-	(39)	-	-	-	(31)
Amortização	(351)	-	-	(2)	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	17.136	-	-	98	-	-	(16.035)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	13.962	180	8	-	6.251	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	60.195	(5.436)	26.072	(1.566)	1.727	(28)	(17.356)	(4.458)
Receitas financeiras	2.262	4.622	16	33.918	-	-	9.340	4.243
Despesas financeiras	(27.646)	(4.397)	(38)	(9)	(25)	-	(12)	(47.425)
Variação cambial, líquida	(24.330)	(452)	-	-	-	-	-	-
Resultado financeiro líquido	(49.714)	(227)	(22)	33.909	(25)	-	9.328	(43.182)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	10.481	(5.663)	26.050	32.343	1.702	(28)	(8.028)	(47.640)
IR/CSLL								
Correntes	(18.697)	-	(4.664)	(9)	-	-	(2.706)	-
Diferidos	16.945	1.413	-	-	-	-	-	16.198
Lucro líquido (prejuízo) do período	8.729	(4.250)	21.386	32.334	1.702	(28)	(10.734)	(31.442)

30/09/2012

	<u>Portonave</u>	<u>Iceport</u>	<u>Teconnave</u>	<u>Aeroportos Brasil</u>	<u>Aeroportos Brasil – Viracopos</u>
Caixa e equivalente de caixa	34.191	471	570	116.631	176.301
Demais contas ativo circulante	49.092	33.813	790	2.017	3.552
Ativo não circulante	1.596.253	12.150	18.422	111.135	54.480
Total do ativo	1.679.536	46.434	19.782	229.783	234.333
Empréstimos e financiamentos - circulante	-	18.080	-	-	-
Debêntures - Passivo circulante	21.477	-	-	-	-
Demais contas - passivo circulante	149.161	26.099	2.960	78	16.442
Debêntures – passivo não circulante	215.908	-	-	-	-
Demais contas - passivo não circulante	394.132	1.304	90	-	7
Patrimônio líquido	898.858	951	16.732	229.705	217.884
Total do passivo e PL	1.679.536	46.434	19.782	229.783	234.333
Receita operacional líquida	172.343	86.903	30.476	-	-
Custo dos serviços prestados	(51.328)	(86.981)	(8.067)	-	-
Depreciação	(70.998)	-	-	-	-
Amortização	-	-	-	-	-
Lucro bruto	50.017	(78)	22.409	-	-
Despesas operacionais líquidas	(17.968)	(2.957)	(2.765)	(1.259)	(10.874)
Depreciação	(9.896)	-	-	(15)	-
Amortização	(264)	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	13.493	-	-	(4.560)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	6.820	121	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	42.202	(2.914)	19.644	(5.834)	(10.874)
Receitas financeiras	1.570	3.337	15	6.088	1.934
Despesas financeiras	(20.086)	(3.921)	(25)	(10)	-
Variação cambial, líquida	(23.210)	(438)	-	-	-
Resultado financeiro líquido	(41.726)	(1.022)	(10)	6.078	1.934
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	476	(3.936)	19.634	244	(8.940)
IR/CSLL					
Correntes	(18.560)	-	(3.502)	-	-
Diferidos	22.874	1.297	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	4.790	(2.639)	16.132	244	(8.940)

A Companhia não possui quaisquer compromissos de aporte de capital em relação às suas participações nos empreendimentos controlados em conjunto.

A Companhia não possui passivos contingentes em relação à sua participação em controladas em conjunto e também não é contingencialmente responsável por passivos contingentes dos empreendimentos controlados em conjunto.

13. Imobilizado

Custo	Consolidado								
	Terrenos	Edificações e Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equip. de Proc. de Dados	Imobilizado em Andamento (i)	Veículos	Embarcações	Outros (ii)
Saldo em 31/12/2012	13.993	11.968	4.219	1.497	2.488	4.067	5.757	142.330	39.853
Construções / Aquisições	21.812	235	621	69	329	6.295	790	453	41
Baixas	-	-	(204)	(49)	(6)	-	(254)	-	(34)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	305
Saldo em 30/09/2013	35.805	12.203	4.636	1.517	2.811	10.362	6.293	142.783	40.165
Depreciação									
Saldo em 31/12/2012	-	(2.329)	(1.309)	(619)	(1.194)	-	(3.268)	(9.734)	(7.719)
Depreciação	-	(352)	(441)	(105)	(310)	-	(809)	(5.359)	(3.027)
Baixas	-	-	22	-	-	-	172	-	34
Transferências	-	-	12	-	-	-	-	-	(317)
Saldo em 30/09/2013	-	(2.681)	(1.716)	(724)	(1.504)	-	(3.905)	(15.093)	(11.029)
Valor residual líquido									
Saldo em 31/12/2012	13.993	9.639	2.910	878	1.294	4.067	2.489	132.596	32.134
Saldo em 30/09/2013	35.805	9.522	2.920	793	1.307	10.362	2.388	127.690	29.136
Taxas de depreciação	-	4%	10%	10%	20%	-	20%	5%	10%

- (i) O saldo está composto por ativos em construção e será transferido para contas definitivas quando concluídos. A análise de recuperação econômica é feita anualmente e os projetos avaliados como perda provável, se houver, são baixados.
- (ii) As construções / aquisições ocorridas na rubrica de Outros referem-se substancialmente aos leasings de contêineres, no montante de R\$29.005, que serão utilizados para prestação de serviço de cabotagem.

Custo atribuído ("Deemed Cost")

	Total ajuste ao custo atribuído	IR diferido passivo	UHE Salto - Rio Verde (*)	Ajuste avaliação patrimonial (patrimônio líquido)
Ajuste ao custo atribuído	595.787	202.568	(4.989)	482.738
Depreciação acumulada	(41.747)	(14.194)	(3.500)	(31.053)
Saldo em 31/12/2012	554.040	188.374	(8.489)	451.685
Depreciação do período	(31.310)	(10.645)	(2.624)	(23.289)
Saldo em 30/09/2013	522.730	177.729	(11.113)	428.396

(*) Estes ativos não estão consolidados conforme nota 10.

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas por redução ao valor recuperável, se este for o caso. O custo do imobilizado inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo. A depreciação é calculada de forma linear.

A companhia não segrega valor residual dos principais componentes de seu ativo imobilizado, uma vez que ao final de suas vidas úteis não são esperados resultados positivos com a sua alienação.

A baixa de um item do ativo imobilizado ocorre quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado de seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa de bens do ativo imobilizado, calculados como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado em que o ativo foi baixado.

14. Intangível

	Controladora							
	Ágio na aquisição da							
Custo	Econorte (i)	Vessel	Esparta - Rio Guaíba	Concepa (iii)	Portonave (ii)	Desenvolvimento de projetos (iv)	Licenças de uso e softwares	Total Controladora
Saldo em 31/12/2012	41.476	114	267	4.028	78.448	47.009	537	171.879
Adições	-	-	-	-	-	11.111	204	11.315
Saldo em 30/09/2013	41.476	114	267	4.028	78.448	58.120	741	183.194
Amortização								
Saldo em 31/12/2012	(20.574)	-	(96)	-	-	-	(283)	(20.953)
Amortização	(1.766)	-	(28)	-	-	(35)	(73)	(1.902)
Saldo em 30/09/2013	(22.340)	-	(124)	-	-	(35)	(356)	(22.855)
Valor residual líquido								
Saldo em 31/12/2012	20.902	114	171	4.028	78.448	47.009	254	150.926
Saldo em 30/09/2013	19.136	114	143	4.028	78.448	58.085	385	160.339
Taxa de amortização	(*)	-	(*)	-	-	-	20%	

Custo	Consolidado			
	Total Controladora	Ativos de Concessão de Rodovias (v)	Outros Intangíveis (vi)	Total
Saldo em 31/12/2012	171.879	2.143.316	18.812	2.334.007
Adições	11.315	122.734	7.156	141.205
Baixas	-	(410)	(24)	(434)
Transferência	-	16.934	5	16.939
Saldo em 30/09/2013	183.194	2.282.574	25.949	2.491.717
Amortização				
Saldo em 31/12/2012	(20.953)	(925.240)	(334)	(946.527)
Amortização	(1.902)	(75.039)	(2.619)	(79.560)
Amortização – mais valia	-	(52.457)	-	(52.457)
Baixas	-	1.683	-	1.683
Transferência	-	4.844	(5)	4.839
Saldo em 30/09/2013	(22.855)	(1.046.209)	(2.958)	(1.072.022)
Valor residual líquido				
Saldo em 31/12/2012	150.926	1.218.076	18.478	1.387.480
Saldo em 30/09/2013	160.339	1.236.365	22.991	1.419.695
Taxa de amortização	-	(*)	-	

(*) Amortização pela curva de tráfego projetado até o final do prazo de concessão.

- (i) Em julho de 2005 e novembro de 2007 a Triunfo adquiriu as participações adicionais de 25,0% e de 50,0% na Econorte. Os ágios serão amortizados proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até outubro de 2021.
- (ii) Em junho de 2007 a Triunfo adquiriu, através das holdings Starport e Maris Gaudium, a participação adicional de 33,3% na Portonave. Os ágios estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura da Portonave, sendo amortizados linearmente pelo prazo de dez e de seis anos, respectivamente, de acordo com o laudo de avaliação e projeções financeiras da Portonave, até 31 de dezembro de 2008, conforme requerido pela Instrução CVM nº 247/96, sendo submetido ao teste de recuperabilidade de ativos. A partir de 1º de janeiro de 2009 foi suspensa a amortização, conforme OCPC 02, permanecendo apenas a aplicação do teste de recuperabilidade exigido pelo CPC 01. Em 2 de dezembro de 2009, os investimentos na controladas Maris Gaudium e Starport, incluindo os saldos não amortizados dos ágios, foram transferidos para a TPI-LOG pelos valores contábeis avaliados conforme laudos elaborados por especialistas contratados. Em 30 de junho de 2010, a Triunfo reconheceu como ágio o montante de R\$11.969 corrigido monetariamente referente ao pagamento da última parcela da aquisição das ações da Maris Gaudium que pertenciam a AEL Assessoria e Administração de Empresas conforme contrato de compra e venda de ações de 05 de junho de 2007 e 3º aditivo contratual de 01 de dezembro de 2009. Em 29 de setembro de 2012, a controlada TPI-Log foi cindida parcialmente, com a incorporação da parcela cindida pela Maris Gaudium e Starport. Em 30 de setembro de 2012 as controladas Maris Gaudium e Starport foram incorporadas pela controlada Portonave e extintas. Ambos os processos tiveram como base laudos elaborados por especialistas contratados. Como resultado, a TPI-Log permaneceu com 16,67% de participação na Portonave S.A. enquanto que a TPI passou a deter os 33,33% que pertenciam às sociedades extintas. A parcela cindida incluía o ágio pago na aquisição da Portonave, no montante de R\$118.861. No processo de incorporação, o montante de R\$40.413 (R\$20.207 valor proporcional

à participação da Companhia) foi alocado à Portonave, enquanto o montante de R\$78.448 foi transferido à Companhia.

- (iii) Em outubro de 2008 a Triunfo, através da controlada Esparta, adquiriu a participação adicional de 30% na Concepa. O ágio está fundamentado na aquisição do direito de exploração da concessão, que será amortizado proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até junho de 2017. Em 1 de março de 2010, a Esparta transferiu o ágio para Concepa na aquisição da participação através de laudo de cisão parcial elaborado por especialistas contratados. Em 25 de junho de 2010, a Triunfo efetuou a incorporação do acervo da Esparta, através de laudo de incorporação elaborado por especialistas contratados.
- (iv) Refere-se basicamente aos gastos com desenvolvimento de projetos nos segmentos rodoviário, portuário e de geração de energia. Esses gastos farão parte do custo dos ativos em construção a serem amortizados de acordo com as suas vidas úteis estimadas, após o início de suas operações.
- (v) Ativos referentes ao direito de concessão das rodovias amortizáveis durante os prazos de concessões pela curva de tráfego. As adições do período referem-se a investimentos feitos nas rodovias que serão amortizados durante os prazos remanescentes das concessões, conforme determina o ICPC 01.
- (vi) Refere-se basicamente aos gastos com desenvolvimento de projetos nos segmentos portuários, com as controladas Portonave, MaNave e Moss, que são parte do custo de desenvolvimento de novos ativos a serem amortizados quando estes entrarem em operação.

Os intangíveis com vida útil indefinida são sujeitos a análise de *impairment* anual. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual de 2013 e no plano de negócios de longo prazo da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e rentabilidade dos projetos e consideram o seguinte: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual, (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos, (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão e, (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital da Companhia. Não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos reavaliados no período.

15. Provisão para manutenção

As controladas Econorte, Concepa e Concer registraram provisão para manutenção das rodovias, conforme quadro abaixo, trazido a valor presente à taxa de 11,51% ao ano. A taxa utilizada refere-se ao custo médio ponderado de capital das controladas.

	Consolidado	
	30/09/13	31/12/12
Econorte	34.920	34.920
Concepa	-	1.451
Concer	598	598
	35.518	36.969
Parcela do circulante	7.081	8.532
Parcela do não circulante	28.437	28.437

16. Empréstimos e financiamentos

Tipo de empréstimos	Garantias	Indexador	Consolidado	
			30/09/13	31/12/12
Triunfo (controladora):				
Financiamento de pré-investimento - FINEP	Carta de fiança bancária	8,0% a.a.	19.429	22.921
Concepa:				
Capital de giro – Banco Banif	Arrecadação de pedágio (recebíveis)	IGP-M + 11% a.a.	-	10.417
Conta garantida – Banco Santander	Não há	121,5% do CDI	26.757	9.587
Concer:				
Financiamento de imobilizado - BNDES	Ações da Concer	UM BNDES + 6,625% a.a.	-	1.626
Financiamento de imobilizado - BNDES	Ações da Concer	TJLP + 6,625% a.a.	-	9.103
Financiamento de imobilizado - BNDES	Ações da Concer	TJLP + 4,65% a.a.	-	3.007
Financiamento de pré-investimento - FINEP	Fiança da Companhia (Triunfo)	8,0% a.a.	7.327	8.596
Financiamento de imobilizado - FINAME – Banco Santander	Alienação fiduciária	7,0% a.a.	10	69
Financiamento de imobilizado – Banco Guanabara	Alienação fiduciária	18,15% a.a.	-	119
Conta garantida – Banco Santander	Sem aval	118,0% do CDI	-	67.993
Econorte:				
Conta garantida – Santander	Não há	121,0% do CDI	18.500	4.450
Rio Guaíba:				
Financiamento de imobilizado – Banco Volkswagen	Aval da Companhia (Triunfo)	13% a.a.	50	193
Rio Bonito:				
Cartão BNDES – Banco Bradesco	Não há	12,8% a.a.	186	288
Financiamento de imobilizado - Finame – Banco Bradesco	Alienação fiduciária	TJLP + 7% a.a.	254	385
Financiamento de imobilizado - Finame – Banco Santander	Alienação fiduciária	11,7% a.a.	589	717
Financiamento de imobilizado – CDC – Banco Safra	Alienação fiduciária	15,7% a.a.	48	81
Financiamento de imobilizado – CDC – Banco Volvo	Aval da Companhia (Triunfo)	14,44% a.a.	121	-
Maestra:				
Conta garantida – Banco Santander	Aval da Companhia (Triunfo)	126,5% do CDI	45.000	37.913
Conta garantida – Banco ABC	Aval da Companhia (Triunfo)	IPCA + 5,75% a.a.	-	30.855
Cédula de crédito bancário - Banco ABC	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 2,7952% a.a.	15.177	-
Cédula de crédito bancário - Banco ABC	Não há	IPCA + 6,05% a.a.	13.252	-
Operação 4131 – Banco ABC	Não há	CDI + 3,29% a.a.	20.413	-
Cédula de crédito bancário – Banco Indusval	Aval da Companhia (Triunfo)	IPCA + 6% a.a.	16.200	15.045
Cédula de crédito bancário - Banco Fibra	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 2,8% a.a.	20.072	-
NTL:				
Financiamento de imobilizado – FMM – BNDES	Alienação fiduciária	TJLP + 4,16% a.a.	15.896	17.345
Cédula de crédito bancário – Banco Safra	Remessas de duplicatas ou cheques	CDI + 4,16% a.a.	4.028	2.990
Vessel:				
Cédula de crédito bancário – Banco Safra	Remessas de duplicatas ou cheques	CDI + 4,16% a.a.	4.031	3.081
			227.340	246.781
Parcela do circulante			174.033	142.465
Parcela do não circulante			53.307	104.316

A Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores dos empréstimos, tais como não realizar operações fora de seu objeto social; não aplicar os recursos do financiamento em fins diversos do pactuado em contrato; proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, relação entre dívida e EBITDA e de endividamento, entre outros. Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, todas as cláusulas restritivas estão sendo cumpridas pela Companhia e por suas controladas.

O vencimento da parcela dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante em 30 de setembro de 2013 está assim distribuído:

Ano	Controladora	Consolidado
2014	1.117	12.606
2015	4.468	15.810
2016	4.468	7.613
2017	4.468	6.289
Após 2017	372	10.989
	14.893	53.307

17. Debêntures

	Consolidado	
	30/09/13	31/12/12
Triunfo (controladora)	713.912	694.434
Concepa	132.718	173.251
Econorte	100.203	102.485
Vessel-log	152.496	145.941
Concer	198.961	-
	1.298.290	1.116.111
Parcela do circulante	87.651	93.152
Parcela do não circulante	1.210.639	1.022.959

a) Triunfo

1ª Emissão

Em 1 de janeiro de 2002, foram emitidas 60.000 debêntures nominativas e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$60.000, amortizadas em cinco parcelas anuais iguais.

Em 8 de janeiro de 2013 a Companhia liquidou a 1ª emissão de debêntures através do pagamento da última parcela no montante de R\$28.322. O saldo em 31 de dezembro de 2012 era R\$28.569.

As debêntures eram atualizadas monetariamente pela variação do IGP-M, e eram remuneradas mensalmente com base no valor unitário atualizado até dezembro de cada exercício a taxa de 1% sobre o saldo em circulação no último dia do mês e pagas no 5º dia útil do mês subsequente.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio e deságio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representavam os montantes de R\$37 em 31 de dezembro de 2012, que juntamente com a taxa fixa de remuneração mensal incorporavam a taxa efetiva da operação de 1,2% ao mês.

3ª Emissão

Em 22 de junho de 2011, foram emitidas 180 debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$180.000, amortizáveis em quatro parcelas anuais iguais e consecutivas. Os saldos em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 são de R\$203.209 e R\$198.459, respectivamente.

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação do IPCA, e são remuneradas anualmente com base no valor nominal unitário atualizado ou saldo do valor nominal unitário a taxa de 8,65%. Os juros remuneratórios serão pagos ao final de cada Período de Capitalização cujo início ocorreu em 15 de junho de 2012.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$ 3.772 e R\$4.451 em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, respectivamente.

4ª Emissão

Em 23 de outubro de 2012, foram emitidas 47.250 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com garantia real adicional em até duas séries, com valor nominal total de R\$ 472.500.

As debêntures da primeira série serão amortizadas em três parcelas anuais iguais e consecutivas a partir de 15 de outubro de 2015 e as debêntures da segunda série serão amortizadas em duas parcelas anuais a partir de 15 de outubro de 2016. Os saldos em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 são R\$ 510.703 e R\$ 467.406, respectivamente.

O valor nominal unitário das debêntures da 1ª série não sofrerá atualização monetária, e sobre ele incidirá juros remuneratórios correspondentes a variação de 100% das taxas médias diárias de DI, mais uma sobretaxa (spread) de 2,20% ao ano.

As debêntures da 2ª série são atualizadas monetariamente, a partir da data de emissão pelo IPCA e farão jus a juros remuneratórios de 7% que serão pagos anualmente a partir da emissão.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$ 15.226 e R\$ 17.995 em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, respectivamente.

b) Concepa

4ª Emissão

Em 1º de setembro de 2006 foram emitidas 32.000 debêntures públicas nominativas, não conversíveis em ações, referentes à quarta emissão, com quatro anos de carência e vencimento em quatro parcelas anuais. Em 02 de setembro de 2013 ocorreu a liquidação da última parcela.

As debêntures referentes à quarta emissão eram atualizadas pela variação monetária do IGP-M, acumulado a cada 12 meses, e recebiam uma remuneração, paga anualmente, à taxa de juros equivalente a 10% ao ano sobre o valor nominal unitário das debêntures em circulação. O saldo em 31 de dezembro de 2012 dessas debêntures era de R\$12.219.

Os gastos de emissão foram apresentados como redutores do saldo devedor e representavam o montante de R\$201 em 31 de dezembro de 2012.

5ª Emissão

Em 10 de fevereiro de 2012, foram emitidas 16.000 debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, com valor nominal total de R\$160.000, amortizáveis em oito parcelas semestrais iguais e consecutivas. Os saldos em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 132.718 e R\$161.032, respectivamente.

As debêntures são atualizadas monetariamente pela variação da taxa média diária DI mais uma sobretaxa (spread) de 1,95% ao ano, e são remuneradas semestralmente, a partir da data da emissão, sendo o primeiro pagamento efetuado em 1º de setembro de 2012.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$ 2.842 e R\$3.573 em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 respectivamente.

c) Econorte

2ª Emissão

Em 10 de maio de 2011, foi aprovada pela CVM a 2ª emissão de registro de debêntures simples pela controlada Econorte, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória, em série única, para distribuição pública de 120 debêntures no valor de R\$ 1.000 cada. As debêntures terão um prazo de vigência de 72 meses, vencendo em 10 de maio de 2017. Os saldos em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 são de R\$ 100.203 e R\$102.485, respectivamente.

As debêntures serão pagas em 12 parcelas semestrais consecutivas. As mesmas farão jus à remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias DI, capitalizada exponencialmente de uma sobretaxa (spread) de 2,90% ao ano. A Remuneração incidirá

sobre o saldo do valor nominal unitário de cada debêntures desde a data de emissão ou a data de vencimento do período de capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$1.171 e R\$1.416 em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, respectivamente.

d) Vessel-log

1ª Emissão

Em 21 de setembro de 2012, foram emitidas 145.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória a ser convolada em da espécie com garantia real com garantia adicional fidejussória, em quatro séries, no valor nominal total de R\$145.000, amortizadas em quatro parcelas anuais iguais. Os saldos devedores em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 são R\$ 152.496 e de R\$145.941.

As debêntures serão atualizadas pela variação do IPCA e farão jus à remuneração com incidência de juros, correspondente a 7,60% a.a.. Esses juros remuneratórios serão calculados em regime de capitalização composta, de forma pro rata temporis por dias úteis.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação são apresentados como redutores do saldo devedor e representa o montante de R\$ 2.432 em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

e) Concer

1ª Emissão

Em 12 de julho de 2013 foram emitidas 200 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$200.000, amortizadas em três parcelas anuais iguais. O saldo devedor em 30 de setembro de 2013 é de R\$198.961.

O valor nominal unitário das debêntures não sofrerá atualização monetária, e sobre ele incidirá juros remuneratórios correspondentes a variação de 100% das taxas médias diárias de DI, mais uma sobretaxa (spread) de 2,10% ao ano.

Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação são apresentados como redutores do saldo devedor e representa o montante de R\$ 5.607 em 30 de setembro de 2013.

Além das garantias da arrecadação dos pedágios, da alienação fiduciária da embarcação Maestra Mediterrâneo e da hipoteca da embarcação Maestra Pacífico, da alienação fiduciária das ações representativas de 100% do capital social da controlada Rio Canoas e da cessão fiduciária de todos os direitos emergentes da concessão relativos ao contrato de

concessão de uso do bem público celebrado pela controlada Rio Canoas com a Aneel, do penhor de 100% das ações representativas do capital social da controlada Concer e da alienação fiduciária de 100% das quotas representativas o capital social da controlada Rio Bonito, a Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores das debêntures, como não realizar operações fora de seu objeto social; proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, relação de endividamento, entre outros. Em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, todas as cláusulas restritivas estão sendo cumpridas pela Companhia e suas controladas.

Para amortização anual das debêntures, de acordo com a escritura, as controladas Concepa e Econorte constituem uma reserva mensal de recursos provenientes da arrecadação de pedágio. Esses recursos ficam aplicados em conta de aplicação específica até a data de cada amortização e estão apresentados na nota explicativa nº 5. Em 02 de setembro de 2013 o saldo existente na conta da controlada Concepa foi totalmente utilizado para a liquidação das debêntures da 4ª emissão e dos CCBs.

A parcela registrada no passivo não circulante em 30 de setembro de 2013, com vencimento até o ano 2018, está assim distribuída:

Ano	Controladora	Consolidado
2014	-	44.621
2015	72.640	182.864
2016	288.571	480.393
2017	269.189	386.302
2018	51.661	116.459
	682.061	1.210.639

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações estão demonstradas a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor Nominal	Custos de transação	Valor Líquido	Taxa de juros	TIR
Triunfo	1ª Emissão	01/01/2002	60.000	(5.760)	54.240	IGP-M + 12,00%	IGP-M + 13,01%
Triunfo	3ª Emissão	22/06/2011	180.000	(4.950)	175.050	IPCA + 8,65%	IPCA + 9,11%
Triunfo	4ª Emissão	23/10/2012	80.660	(3.215)	77.445	CDI+2,20%	CDI+3,20%
Triunfo	4ª Emissão	23/10/2012	391.840	(15.616)	376.224	IPCA+7,0%	IPCA+7,89%
Concepa	4ª Emissão	01/06/2006	32.000	(960)	31.040	IGP-M + 10,00%	IGP-M + 10,50%
Concepa	5ª Emissão	10/02/2012	160.000	(4.320)	155.680	CDI + 1,95%	CDI + 2,85%
Econorte	2ª Emissão	10/05/2011	120.000	(1.800)	118.200	CDI + 2,90%	CDI + 3,30%
Vessel-log	1ª Emissão	21/09/2012	145.000	(2.432)	142.568	IPCA + 7,60%	IPCA + 7,93%
Concer	1ª Emissão	12/07/2013	200.000	(5.689)	194.311	IPCA + 5,90%	IPCA + 6,53%
			1.369.500	(44.742)	1.324.758		

A movimentação dos custos de transação segue abaixo:

Emissora	Custos de transação	Saldo amortizado	Saldo a amortizar
Triunfo	(5.760)	5.760	-
Triunfo	(4.950)	1.178	(3.772)
Triunfo	(3.215)	616	(2.599)
Triunfo	(15.616)	2.989	(12.627)
Concepa	(960)	960	-
Concepa	(4.320)	1.478	(2.842)
Econorte	(1.800)	629	(1.171)
Vessel-log	(2.432)	-	(2.432)
Concer	(5.689)	82	(5.607)
	(44.472)	13.692	(31.050)

A amortização dos custos de transação está prevista da seguinte forma:

	Controladora	Consolidado
2013	1.084	2.230
2014	4.532	7.658
2015	4.532	7.658
2016	4.532	6.897
2017	3.912	5.715
2018	406	892
	18.998	31.050

18. Impostos, taxas e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	-	3.306	3.793
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	-	7.526	12.548
Imposto de Renda Retido na Fonte	39	12	3.859	1.168
Cofins	95	1.091	3.907	4.804
PIS	21	237	1.616	1.916
INSS	1	1	169	90
Imposto Sobre Serviços	-	6	5.498	6.051
Imposto sobre Operações Financeiras	206	80	5.694	2.773
Contribuições Sociais Retidas na Fonte	35	10	586	10
ICMS	-	-	18.939	7.626
Outros impostos e contribuições	-	-	729	1.286
	397	1.437	51.829	42.065
Parcela do circulante	397	1.437	48.549	36.733
Parcela do não circulante	-	-	3.280	5.332

19. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados

Os saldos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro da Companhia e de suas controladas, não tem prescrição e são compensáveis nos termos da Lei nº 9.065/95, a qual restringiu a compensação destes créditos fiscais à razão de 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base de pagamento dos tributos e são demonstrados como segue:

	30/09/13	31/12/12
Maestra	21.771	15.924
NTL	171.347	110.197
Vessel-log	143.935	83.168
Triunfo	387.352	334.407
	724.405	543.696

Os créditos fiscais sobre os prejuízos e base negativa da contribuição social da Maestra, NTL e Vessel-log foram reconhecidos com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros de acordo com as projeções de resultados aprovados pelos Administradores das Companhias. Os créditos fiscais sobre o prejuízo e base negativa da contribuição social da Triunfo não foram registrados devido não haver histórico de lucros e não atenderem aos requisitos para reconhecimento inicial.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	Consolidado	
	30/09/13	31/12/12
Reserva de reavaliação	125.122	141.588
Estorno de amortizações – ICPC 01	52.229	46.304
	177.351	187.892

20. Contratos de aquisição de ativos

As obrigações assumidas pela aquisição de investimentos, equipamentos, terrenos e outros bens e direitos permanentes são reconhecidos pelos montantes atualizados, conforme as condições contratuais.

Os principais saldos dos contratos de aquisição de ativos a pagar são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
Aquisição de direito de exploração de superfície	6.500	6.500	6.500	6.500
Aquisição de investimento na Moss	-	-	1.000	1.000
	6.500	6.500	7.500	7.500
Parcela do circulante	-	-	1.000	1.000
Parcela do não circulante	6.500	6.500	6.500	6.500

a) Aquisição de direito de exploração de superfície

Em 2011, a Triunfo firmou com a Cruzeiro do Sul Administradora de Terminais Logísticos Ltda. o Contrato de Cessão e Transferência de Direitos, com o objetivo de adquirir o direito oneroso de exploração de superfície, conforme nota explicativa nº 1 a) iv).

b) Aquisição de investimento na Moss

Em 18 de fevereiro de 2012, a controlada Portonaus celebrou contrato de Compra e Venda de 91% das Quotas Sociais de Moss Serviços Portuários e Transportes Ltda, pelo montante de R\$4.500, conforme nota explicativa nº 1 a) iv). Em 1º de abril de 2012, a controlada Portonaus efetuou o pagamento do montante de R\$3.500. O saldo remanescente de R\$1.000 será liquidado em duas parcelas de R\$500, mediante atendimento de condições contratuais e serão corrigidas pelo IPCA.

21. Receitas diferidas, líquidas

As receitas diferidas correspondem aos recebimentos antecipados, líquidos dos custos e amortizações, decorrentes dos contratos de utilização da faixa de domínio das rodovias administradas pela controlada Concepa e pela controlada Concer, firmado com a Embratel em setembro de 2007.

O contrato prevê que a Embratel pagará uma remuneração total de R\$27.383 durante o prazo remanescente da concessão, dos quais R\$11.587 foram antecipados e reconhecidos como receitas diferidas. O saldo do contrato no montante de R\$15.796 será recebido em parcelas anuais, corrigidas anualmente pela variação do IGP-M.

A Cervejaria Petrópolis S.A. pagará anualmente à controlada Concer para implantação de rede de afluente o valor de R\$26 e para implantação de adutora o valor de R\$156. Os contratos tiveram seu início em fevereiro de 2008 e maio de 2011 e serão corrigidos anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia, a Eletronet pagou R\$7.942 à controlada Concer. O contrato teve seu início em agosto de 2011.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia, a CEMIG pagará anualmente à controlada Concer o valor de R\$1. O contrato teve seu início em outubro de 2011 e será corrigido anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia, a VIVO pagará anualmente à controlada Concer o valor de R\$286. Os contratos tiveram seu início em dezembro de 2011 e serão corrigidos anualmente pelo IPCA.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a TELEBRÁS pagará anualmente à Companhia o valor de R\$ 284. O contrato teve seu início em setembro de 2012 e será corrigido anualmente pelo IPCA.

A receita recebida antecipadamente, juntamente com os encargos incidentes, está sendo apropriada ao resultado de forma proporcional ao período de vigência do contrato.

	Consolidado	
	30/09/13	31/12/12
Receita recebida antecipadamente	11.908	14.490
(-) Receita apropriada ao resultado	(1.669)	(1.950)
	10.239	12.540

22. Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Companhia e suas controladas constituem, com base nos pareceres elaborados pelos seus assessores jurídicos, provisão para demandas judiciais e administrativas consideradas suficientes para cobrir perdas classificadas como prováveis nos processos administrativos e judiciais em andamento.

As movimentações e os saldos das provisões estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		
	31/12/12	Complemento Pagamentos	30/09/13
Processos cíveis	860	683	(61)
Processos trabalhistas	2.601	37	-
Total provisão	3.461	720	(61)

Os processos trabalhistas referem-se basicamente ao pagamento de diferenças salariais, verbas rescisórias, horas extras, equiparação salarial e adicional noturno e de periculosidade. As concessionárias de rodovias são também parte em processos de indenização de sinistros ocorridos nas rodovias administradas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são pólo passivo em processos cujas chances de êxito das partes reclamantes foram classificadas pelos nossos assessores jurídicos como possíveis nos montantes de R\$109.597 e R\$15.567 em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, respectivamente, para os quais não foram constituídas provisões.

A principal alteração ocorrida no trimestre é de natureza tributária e trata-se de um processo administrativo fiscal da controlada Concepa decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em Porto Alegre – RS, por ter a fiscalização desconsiderada a dedutibilidade tanto da despesa de amortização de ágio gerado na aquisição de participação da Concepa pela Companhia quanto das despesas com serviços prestados pela controlada Rio Guaíba. O processo encontra-se em fase inicial de análise na Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) e não houve constituição de provisão contábil, tendo em vista o entendimento de nossos assessores jurídicos responsáveis pela condução do processo de que as chances de êxito para esse caso são possíveis.

Ademais, não houve outras alterações relevantes nos litígios divulgados pela Companhia nas Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2013, o capital social subscrito e integralizado de R\$ 842.979 está representado por 176.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal.

Conforme o estatuto social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até 200.000.000 de novas ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para emissão e o exercício do direito de preferência. Até 30 de setembro de 2013, já foram subscritas e integralizadas 92.575.734 destas ações.

Em 28 de junho de 2007, a Administração autorizou a realização da oferta pública de ações pela Companhia. As negociações das ações da Companhia no nível do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa tiveram início em 23 de julho de 2007 e sua liquidação ocorreu em 25 de julho de 2007.

Em 9 de outubro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a emissão de 9.295.472 novas ações ordinárias e sem valor nominal, ao preço de R\$5,49 por ação, totalizando um aumento de R\$51.032.

Até 31 de dezembro de 2009 haviam sido integralizadas 7.842.128 ações no montante de R\$43.053, reconhecidos como adiantamento para futuro aumento de capital. O saldo de 1.453.344 ações foi totalmente integralizado através do leilão realizado em 19 de janeiro de 2010 ao preço, líquido das comissões, de R\$ 6,32 gerando um ágio de R\$1.194. Nessa mesma data o aumento de capital foi homologado através da Reunião do Conselho de Administração, passando a ser representado por 146.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal, representadas pelo montante de R\$512.979.

Em 23 de maio de 2013, o Conselho de Administração aprovou a emissão de 30.000.000 novas ações ordinárias e sem valor nominal, ao preço de R\$11,00 por ação, totalizando um aumento de R\$330.000, homologado através da Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de agosto de 2013, passando a ser representado por 176.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal, representadas pelo montante de R\$842.979.

b) Reserva de reavaliação

A reserva refere-se à mais valia sobre reavaliação de ativo imobilizado nas controladas da Companhia, após a aprovação dos laudos de avaliação pela Administração das controladas, em contrapartida à rubrica “Reserva de reavaliação”, no patrimônio líquido.

Também sobre a mais valia reconhecida foram constituídos impostos diferidos em contrapartida da conta “Imposto de renda e contribuição social diferidos” no passivo.

A realização da reserva de reavaliação, líquida dos impostos diferidos, ocorre proporcionalmente a realização dos bens que a geraram, contra a conta de lucros e prejuízos acumulados.

A parcela realizada da reserva de reavaliação, líquida dos impostos, lançada à rubrica “Lucros acumulados”, nos termos da Deliberação CVM nº 183/95 da Lei nº 6.404/76, integra a base de cálculo para as participações e para a distribuição de dividendos.

Com a aplicação do ICPC01 o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foram considerados como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

As controladas Portonave e Rio Verde, conforme descrito na nota explicativa nº 13, efetuaram ajuste ao custo atribuído, de acordo com ICPC 10 e CPC 37. Na data de transição o valor desta mais valia foi registrado no ativo imobilizado em contra partida ao patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários e serão realizados na medida da depreciação da respectiva mais valia ou alienação dos bens.

d) Lucro por ação

Conforme requerido pelo IAS 33 e CPC 41, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando o lucro atribuível aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício.

Segue abaixo o cálculo do lucro por ação básico e diluído:

	30/09/2013	30/09/2012
Numerador		
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	172	783
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias em circulação – básico	176.000.000	146.000.000
Média ponderada das opções exercíveis ao final do exercício – diluído	2.000.000	1.709.589
Média ponderada das opções que seriam exercidas a valor inferior ao preço médio de mercado – diluído	(1.665.799)	(1.708.112)
Resultado por ação – básico	(0,00098)	0,00536
Resultado por ação - diluído	(0,00098)	0,00536

Conforme nota explicativa nº 25, em 23 de setembro de 2009, 1º de maio de 2010, 1º de maio de 2011 e 1º de maio de 2012 o Conselho de Administração aprovou quatro outorgas de opção de compra de 500.000 ações cada da Companhia para executivos e empregados, que não causarão impactos relevantes no cálculo do lucro diluído por ação em 30 de setembro de 2013 e 2012, tendo em vista que o preço do exercício da opção sobre ações é superior à média do preço de mercado no período.

e) Lucro base de dividendos

No quadro abaixo é demonstrado o cálculo do lucro base de dividendos correspondente aos períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012. O lucro líquido do período é ajustado pelas realizações da reserva de reavaliação reflexa e do ajuste de avaliação patrimonial, considerando a constituição da reserva legal, que corresponderia a 5% do lucro líquido do período.

	30/09/13	30/09/12
Lucro (Prejuízo) líquido	172	783
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	19.535	30.216
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	23.288	23.290
Lucro Base de Dividendos antes da constituição da reserva legal	42.995	54.289
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(9)	(39)
Resultado do exercício à disposição dos acionistas	42.986	54.250

f) Reserva Legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

g) Reserva de Lucros a Realizar

O montante de R\$480.971 corresponde à constituição da reserva de lucros a realizar sobre o ganho de capital na variação de participação na constituição da Vetria conforme a nota explicativa nº 1 a) iv).

24. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012
Arrecadação de pedágio nas concessionárias de rodovias	469.348	432.564
Operação de carga própria - porto	6.883	2.213
Operação de energia	19.683	-
Construção de ativos das concessões de rodovia	122.734	110.877
Operação de cabotagem	130.077	95.842
Outros	8.556	5.503
	757.281	646.999
(-) Deduções da receita (Impostos sobre vendas, descontos e abatimentos)	(76.373)	(59.814)
	680.908	587.185

25. Plano de remuneração baseada em ações

Em 29 de junho de 2007, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou as condições gerais do Plano de Outorga de Opção de Ações, que prevê a outorga da opção de compra de até 2 milhões de ações da Companhia aos seus diretores e empregados, ao preço de exercício de R\$9,00 (nove reais), correspondente ao preço mínimo da faixa indicativa de preço de emissão e venda por ação informado no Prospecto Preliminar da Oferta de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão

da Companhia.

Esse plano é administrado pelo Conselho de Administração que estabelece os critérios de outorga das opções de ações para cada categoria de profissionais elegíveis, definindo livremente, quais os profissionais elegíveis que serão participantes, a quantidade de ações que poderão ser adquiridas por cada um com o exercício das opções, assim como o prazo de vigência e as condições de exercício da opção.

Em 23 de setembro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício das opções foi contado da data da outorga até 30 de abril de 2010.

Anualmente, a partir da data da realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras do ano anterior, será outorgado aos beneficiários a proporção de até 25% do total das opções aprovadas na Assembleia de 29 de junho de 2007. As opções são válidas pelo prazo de até 8 anos, contados da data da outorga pelo Conselho de Administração da Companhia, com vencimento até 23 de setembro de 2017.

Em 01 de maio de 2010, o Conselho de Administração aprovou a segunda outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício dessas opções é de 12 meses.

Em 01 de maio de 2011, o Conselho de Administração aprovou a terceira outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício dessas opções é de 12 meses.

Em 01 de maio de 2012, o Conselho de Administração aprovou a quarta outorga de opção de compra de 500.000 ações da Companhia, elegeu os beneficiários, definiu a quantidade de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, bem como definiu os termos e condições do plano. O período de aquisição do direito de exercício dessas opções é de 12 meses.

As informações de movimentação das quantidades de opções relativas ao plano de opções de compra de ações em vigor estão resumidas a seguir:

	Controladora e consolidado			
	30/09/13		31/12/12	
	Quantidade	Preço médio ponderado – R\$	Quantidade	Preço médio ponderado – R\$
Saldo no início do ano	2.000.000	9,00	1.500.000	9,00
Movimentações:				
Concedidas	-	-	500.000	9,00
Saldo no final do ano	2.000.000	9,00	2.000.000	9,00

	Controladora e consolidado	
	30/09/13	31/12/12
Ações exercíveis	2.000.000	1.835.616
Prazo de vida útil (anos)	4	5
Preço médio ponderado – R\$	9,00	9,00

O valor de mercado de cada opção concedida, estimada na data da concessão da outorga foi determinada com base no modelo de precificação de opções Black-Scholes. As principais premissas utilizadas para cada outorga são como segue:

Premissas do cálculo da média ponderada pelo modelo Black-Scholes	1 de maio de 2012	1 de maio de 2011	1 de maio de 2010	23 de setembro de 2009
Taxa de juros livre de risco	9,00%	12,25%	11,20%	8,96%
Volatilidade	29,73%	24,54%	37,44%	55,02%
Expectativa de dividendos	0%	0%	0%	0%
Prazo de vida estimado das opções	5 anos	6 anos	7 anos	8 anos

Com base nas premissas apresentadas no quadro anterior, o valor justo de cada opção concedida em 1 de maio de 2012, 1 de maio de 2011, 1 de maio de 2010 e 23 de setembro de 2009 é de R\$ 4,1865, R\$5,1123, R\$2,6118 e R\$2,6192, respectivamente.

As despesas reconhecidas nos períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 são de R\$688 e R\$1.729, respectivamente, e foram registradas nas rubricas de despesas com remuneração de administradores no montante de R\$597 (R\$1.496 em 30 de setembro de 2012) e despesa com pessoal no montante de R\$91 (R\$233 em 30 de setembro de 2012).

26. Seguros (Consolidado)

A Triunfo e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

Companhia	Tipo de cobertura					Total Importância segurada (i)
	Responsabilidade Civil	Riscos Operacionais	Riscos de Engenharia	D&O	Garantia	
Econorte	10.800	67.142	3.000	-	99.000	179.942
Concer	13.207	87.071	9.773	-	13.331	123.382
Concepa	3.000	-	510.419	-	20.508	533.927
Rio Verde	10.000	330.000	-	-	-	340.000
Rio Canoas	20.000	-	631.076	-	96.025	747.101
Portonave	-	-	-	5.840	-	5.840
Aeroportos Brasil - Viracopos	426.000	513.653	709.000	20.000	649.197	2.317.850
TPI	-	-	-	40.000	150.323	190.323
Total R\$	483.007	997.866	1.863.268	65.840	1.028.384	4.438.365
Maestra/ NTL/ Vessel	-	62.350	-	-	-	62.350
Portonave	-	166.302	-	-	-	166.302
Total US\$	-	228.652	-	-	-	228.652

(i) A importância segurada corresponde a 100% do valor das apólices.
Adicionalmente não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

27. Remuneração dos administradores

Na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 26 de abril de 2013 foi aprovada a proposta de remuneração global dos Administradores da Companhia no montante de até R\$12.119.

O montante dessas remunerações inclui a remuneração fixa e variável, sendo a variável condicionada ao atendimento das metas previamente estabelecidas.

Adicionalmente a Companhia possui um plano de opções de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 25, que prevê a outorga de até 2 milhões de opções de compra de ações da Companhia. Até 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 haviam sido outorgadas aos Administradores da Companhia um total de 2.000.000 de opções de compra de ações da Companhia respectivamente.

Até 30 de setembro de 2013 foram reconhecidos no resultado do exercício o montante de R\$7.736 (R\$6.179 em 30 de setembro de 2012) na controladora e de R\$14.035 (R\$12.241 em 30 de setembro de 2012) no consolidado respectivamente, sendo que, desses montantes, R\$597 (R\$1.496 em 30 de setembro de 2012) correspondem as opções outorgadas decorrentes do plano de opções, conforme descrito na nota explicativa nº 25.

A remuneração do pessoal chave da Administração está assim demonstrada:

	Controladora	
	30/09/13	30/09/12
Remuneração fixa anual		
Salário ou pró labore	3.222	2.866
Benefícios diretos e indiretos	202	138
Participações nos resultados	3.715	1.679
Plano de opções de compra de ações	597	1.496
	7.736	6.179

28. Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos períodos encerrados em 30 de setembro de 2013 e 2012 estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Lucro contábil antes dos impostos de operações em continuidade	172	783	(32.645)	(27.181)
Lucro antes dos impostos de operação descontinuada	-	-	5.882	13.880
Lucro(Prejuízo) contábil antes dos impostos sobre o lucro	172	783	(26.763)	(13.301)
IRPJ e CSLL à alíquota nominal de 34%	(58)	(266)	9.099	4.522
Exclusões (adições) permanentes	58	266	2.271	(4.164)
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	-	-	11.370	358
Alíquota efetiva			42,5%	2,7%

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o regime do Lucro Real ou através da aplicação da margem de presunção do lucro sobre a receita operacional bruta, no regime do Lucro Presumido. Adicionalmente, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos quando não há presunção de resultados tributáveis futuros, resultando em alíquota efetiva demonstrada acima, a qual representa a melhor estimativa da Administração da alíquota anual esperada.

A controladora, por não possuir expectativa de resultados tributáveis futuros, não constitui créditos tributários sobre suas diferenças temporárias, conforme critérios definidos pela Instrução CVM nº 371/02.

29. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Receita financeira				
Rendimento de aplicação financeira	3.789	1.431	4.688	4.425
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	8.099	9.664	509	6.440
Outros juros e descontos obtidos	528	276	1.509	1.382
Despesa financeira				
Juros e remunerações sobre debêntures	(71.240)	(41.584)	(109.028)	(75.944)
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	(2.637)	(5.437)	(38.863)	(25.936)
Outros juros, multas e atualizações	(4.142)	(2.376)	(8.644)	(8.220)
Impostos sobre operações financeiras	(541)	(418)	(6.546)	(3.311)
Resultado financeiro	(66.144)	(38.444)	(156.375)	(101.164)

30. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Consolidado			
	Valor Contábil		Valor Justo	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	126.449	54.331	126.449	54.331
Aplicações financeiras vinculadas	49	37.855	49	37.855
Contas a receber, líquidas	73.753	62.285	73.753	62.285
Impostos a recuperar	24.177	19.504	24.177	19.504
Depósitos judiciais	4.548	2.477	4.548	2.477
Total	228.976	176.452	228.976	176.452
Passivos Financeiros				
Empréstimos e financiamentos	227.340	246.781	227.340	246.781
Debêntures e prêmio de não conversão	1.298.290	1.116.111	1.298.290	1.116.111
Fornecedores	41.932	39.561	41.932	39.561
Salários, provisões e contribuições sociais	16.967	16.103	16.967	16.103
Dividendos	1	119	1	119
Impostos a pagar	51.829	42.065	51.829	42.065
Arrendamento mercantil	13.211	26.070	13.211	26.070
Contratos de aquisição de ativos	7.500	7.500	7.500	7.500
Total	1.657.070	1.494.310	1.657.070	1.494.310

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

- A parcela das debêntures tiveram o seu valor contábil igual ao valor justo apurado.

b) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Deliberação CVM nº. 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Durante o período de 2013, a Companhia atualizou as ações emitidas aos debenturistas pelo valor justo.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 se aproximam dos valores de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de setembro de 2013, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 9,50% para o ano de 2013 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações negativas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2013, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Triunfo (Controladora e consolidado)

Operação	Risco	Cenário provável I (*)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	CDI	9,50%	7,13%	4,75%
Triunfo (Controladora)		10.165	7.623	5.082
Econorte		5	3	2
Concer		38	28	19
R\$107.443 (**)		10.208	7.654	5.103

(*) Fonte BACEN

(**) Saldos em 30 de setembro de 2013 aplicados em CDB e Fundos DI

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 30 de setembro de 2013, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP, CDI e IGP-M vigentes em 30 de setembro de 2013, foram definidos os cenários prováveis para o ano de 2013 e a partir destes calculadas variações positivas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2013. A data base utilizada para os

financiamentos e debêntures foi 30 de setembro de 2013 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Triunfo (Controladora)

Operação	Risco	Cenário Provável I (*)	Cenário II	Cenário III
Arrendamento mercantil – CSI R\$48 (**)	CDI	5 5	6 6	7 7
3ª Emissão de Debêntures	IPCA	11.827	14.783	17.740
4ª Emissão de Debêntures	CDI	48.517	60.646	72.775
R\$713.912 (**)		60.344	75.429	90.515
Taxa/índice sujeitos às variações	CDI	9,50%	11,88%	14,25%
Taxa/índice sujeitos às variações	IPCA	5,82%	7,28%	8,73%

(*) Fonte BACEN

(**) Saldos em 30 de setembro de 2013

Triunfo (Consolidado)

Operação	Risco	Cenário Provável I (*)	Cenário II	Cenário III
Arrendamento mercantil - Controladora	CDI	5	6	7
Conta garantida – Concepa	CDI	2.542	3.177	3.813
Conta garantida - Econorte	CDI	1.758	2.197	2.636
Finame – Rio Bonito	TJLP	13	16	19
Conta garantida – Maestra	CDI	4.275	5.344	6.413
CCB – Maestra	CDI	1.442	1.802	2.163
CCB – Maestra	IPCA	771	964	1.157
Operação 4131 - Maestra	CDI	1.939	2.424	2.909
CCB – Maestra	IPCA	943	1.179	1.414
CCB – Maestra	CDI	1.907	2.384	2.860
BNDES – NTL	TJLP	795	994	1.192
CCB - NTL	CDI	383	478	574
CCB – Vessel	CDI	383	479	574
R\$199.628 (**)		17.156	21.444	25.731
Debêntures-Triunfo (Controladora)	IPCA	11.827	14.783	17.740
Debêntures-Triunfo (Controladora)	CDI	48.517	60.646	72.775
Debêntures – Econorte	CDI	9.519	11.899	14.279
Debêntures – Concepa	CDI	12.608	15.760	18.912
Debêntures – Vessel-log	IPCA	8.875	11.094	13.313
Debêntures – Concer	CDI	18.901	23.627	28.352
R\$1.298.290 (**)		110.247	113.590	165.371
Taxa/Índice sujeitos às variações	CDI	9,50%	11,88%	14,25%
Taxa/Índice sujeitos às variações	IGP-M	5,73%	7,16%	8,60%
Taxa/Índice sujeitos às variações	TJLP	5,00%	6,25%	7,50%
Taxa/Índice sujeitos às variações	IPCA	5,82%	7,28%	8,73%

(*) Fonte BACEN

(**) Saldos em 30 de setembro de 2013

Os principais riscos de mercado e regulatórios a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus

compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Mais de 90,0% das receitas das concessionárias de rodovias é recebida à vista, o que mantém o índice de inadimplência próximo a zero.

A controlada Portonave possui um baixo histórico de inadimplência de seus clientes, representados por grandes armadores internacionais.

c) Risco de mercado

i) *Risco de taxas de juros e inflação*: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M, CDI, Variação Cambial e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

ii) *Risco de taxas de câmbio*: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

d) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio das concessionárias de rodovias é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

e) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou do terminal portuário. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

Quanto a eventos provocados pela natureza, importa ressaltar que a Companhia e suas controladas encontram-se cobertas com apólice de seguros para todos os efeitos.

A geração de caixa futura das concessionárias de rodovias demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER. Consideramos que a Companhia e suas controladas tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

f) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

g) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Triunfo controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e debêntures menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	19.429	22.921	227.340	246.781
Debêntures (Nota 17)	713.912	694.434	1.298.290	1.116.111
(-) Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	(112.455)	(39.553)	(126.449)	(54.331)
(-) Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	-	(28.389)	(49)	(37.855)
Dívida Líquida	620.886	649.413	1.399.132	1.270.706
Patrimônio líquido	2.109.303	1.843.722	2.191.978	1.968.405
Total do capital	2.730.189	2.493.135	3.591.110	3.239.111
Índice de alavancagem financeira - %	22,74	26,05	38,96	39,23

31. Informações por segmento

As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 - Informações por Segmento e são apresentadas em relação aos negócios da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto que foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, conforme apresentados na nota explicativa nº 2.3, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

Os negócios da Companhia foram divididos em sete segmentos operacionais principais, sendo eles o de concessões de rodovia, administração de portos, cabotagem, energia, administração de aeroportos, holding e outros.

Nos segmentos operacionais estão os seguintes negócios da Companhia:

- Concessões de rodovia: Econorte, Rio Tibagi, Concer, Rio Bonito, Concepa, Rio Guaíba, Triunfo Convale, Rio Paraíba e Ecovale;
- Administração de portos: TPI-Log, Portonaus, Moss, MaNave, Trevally, Portonave, Teconnave e Iceport;
- Cabotagem: Maestra, Maestra LLP, NTL e Vessel;
- Energia: As controladas Rio Claro e TNE, incluindo as controladas Rio Verde e Rio Canoas, as quais encontram-se destinadas a venda conforme nota explicativa nº 10;
- Administração de aeroportos: Aeroportos Brasil e Aeroportos Brasil Viracopos.
- Holding: as operações da Companhia;
- Outros: As controladas Tucano, Retirinho, Guariroba, Estrela, Taboca, Anddis, Dable, Jahy, Santip, Tijoá, Rio Dourado e ATTT.

A Companhia possui basicamente atuação no Brasil, e sua carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita.

Abaixo estão apresentadas as informações por segmento:

	30/09/2013						
	Rodovia	Porto	Cabotagem	Energia	Outros	Holding	Eliminações (*) Consolidado
Operações em continuidade							
Receita operacional líquida	550.537	5.939	107.169	26.263	-	-	(9.000) 680.908
Custos dos serviços prestados	(334.717)	(5.182)	(167.120)	(16.003)	-	-	16.003 (507.019)
Lucro bruto	215.820	757	(59.951)	10.260	-	-	7.003 173.889
Receitas (Despesas) operacionais	(31.814)	10.360	(6.863)	(1.021)	(266)	66.316	(86.871) (50.159)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	184.006	11.117	(66.814)	9.239	(266)	66.316	(79.868) 123.730
Resultado financeiro	(36.436)	(6)	(60.793)	26	-	(66.144)	6.978 (156.375)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	147.570	11.111	(127.607)	9.265	(266)	172	(72.890) (32.645)
Imposto de renda e contribuição social	(30.584)	-	43.340	(1.386)	-	-	- 11.370
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	116.986	11.111	(84.267)	7.879	(266)	172	(72.890) (21.275)
Operações Descontinuadas							
Lucro após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	5.882 5.882
Lucro (prejuízo) líquido do período antes da participação de acionistas não controladores	116.986	11.111	(84.267)	7.879	(266)	172	(67.008) (15.393)
Participação de acionistas não controladores	-	(1)	-	-	-	-	15.566 15.565
Lucro (prejuízo) líquido do período	116.986	11.110	(84.267)	7.879	(266)	172	(51.442) 172
Ativos totais por segmento	1.371.682	808.038	356.286	181.479	14.789	3.009.667	(794.490) 4.947.451
Passivos totais por segmento	760.621	20.563	530.097	11.937	210	900.364	(328.075) 1.895.717

(*) Eliminações de consolidação entre a Holding e suas controladas

	30/09/2012							
	Rodovia	Porto	Cabotagem	Energia	Outros	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Operações em continuidade								
Receita operacional líquida	505.131	2.021	80.033	-	-	-	-	587.185
Custos dos serviços prestados	(292.406)	(1.256)	(142.323)	-	-	-	-	(435.985)
Lucro bruto	212.725	765	(62.290)	-	-	-	-	151.200
Receitas (Despesas) operacionais	(40.714)	(1.577)	(13.014)	(1.334)	(332)	39.227	(59.473)	(77.217)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	172.011	(812)	(75.304)	(1.334)	(332)	39.227	(59.473)	73.983
Resultado financeiro	(39.369)	25	(24.737)	1.361	-	(38.444)	-	(101.164)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	132.642	(787)	(100.041)	27	(332)	783	(59.473)	(27.181)
Imposto de renda e contribuição social	(33.307)	(188)	33.853	-	-	-	-	358
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	99.335	(975)	(66.188)	27	(332)	783	(59.473)	(26.823)
Operações Descontinuadas								
Lucro após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	13.880	13.880
Lucro (prejuízo) líquido do período antes da participação de acionistas não controladores	99.335	(975)	(66.188)	27	(332)	783	(45.593)	(12.943)
Participação de acionistas não controladores	-	(41)	-	-	-	-	13.767	13.726
Lucro (prejuízo) líquido do período	99.335	(1.016)	(66.188)	27	(332)	783	(31.826)	783
Ativos totais por segmento	1.321.439	262.424	428.578	655.234	12.114	1.988.747	(721.139)	3.947.397
Passivos totais por segmento	686.388	3.532	489.318	402.078	9	646.138	(128.229)	2.099.234

(*) Eliminações de consolidação entre a Holding e suas controladas

As companhias Portonave, Iceport, Teconnave, Vetria, Vetorial, Aeroportos Brasil e Aeroportos Brasil Viracopos não foram consolidadas pela companhia por se caracterizarem por controladas em conjunto, vide detalhes na nota explicativa nº 3.1.

32. Compromissos das concessões

Os compromissos relacionados a concessões das controladas, que representam potencial de geração de receita adicional, são:

a) Concer

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a controlada Concer assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia – PER prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2013	158.685
2014 a 2021	74.437
	<u>233.122</u>

Adicionalmente, a controlada Concer assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$210 durante o período de realização dos “Trabalhos Iniciais”, R\$300 do período que irá do início da cobrança do pedágio até a conclusão das obras de recuperação e R\$210 desde a conclusão das obras de recuperação até a extinção da concessão, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	30/09/13	30/09/12
Receita de construção	63.145	40.218
Custo de construção	(63.145)	(40.218)
	-	-

Ressalta-se que, além das obras previstas no PER, bem como a taxa de fiscalização descrita acima, a controlada Concer não assumiu qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação da rodovia sob sua concessão.

b) Concepa

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a controlada Concepa assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia – PER prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2013	25.083
2014 a 2015	22.531
2016 a 2017	229
	<u>47.843</u>

Até 30 de setembro de 2013, os compromissos de investimento estabelecidos no Contrato de Concessão foram integralmente cumpridos.

A controlada Concepa contratou da Companhia o aluguel de sua sede. O contrato possui vigência de 1 ano, com previsão contratual para opção de renovação. Os valores são reajustados pelo IGP-M e não há restrições à controlada Concepa ou qualquer obrigação derivada deste contrato.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar, considerando que a controlada Concepa espera renovar seu aluguel até o final do período da concessão, em 30 de setembro de 2013 são os seguintes:

Ano	Valor
2013	109
2014 a 2017	1.754
	<u>1.863</u>

Adicionalmente, a controlada Concepa assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$70 durante o período de realização dos “Trabalhos Iniciais”, R\$100 do período que irá do início da cobrança do pedágio até a conclusão das obras de recuperação e R\$70 desde a conclusão das obras de recuperação até a extinção da concessão, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Ressalta-se que, além das obras previstas no PER, bem como a taxa de fiscalização descrita acima, a controlada Concepa não assumiu qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação da rodovia sob sua concessão.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	30/09/13	30/09/12
Receita de construção	25.445	45.173
Custo de construção	(25.445)	(45.173)
	-	-

c) Econorte

O prazo de concessão da Econorte será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com o DER/PR, previsto seu término no ano 2021. Conforme o PER, atualizado em 30 de setembro de 2013, estão previstos investimentos no montante de R\$446.475.

O cronograma de investimentos na rodovia prevê desembolsos conforme segue:

Ano	Valor
2013	30.987
2014	32.811
2015	15.760
2016	18.424
Após 2017	348.493
	446.475

Adicionalmente, a controlada Econorte assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$70 durante o período do início até o décimo primeiro ano e R\$77 do décimo segundo ano até o final do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Ressalta-se que, além das obras previstas no PER, bem como a taxa de fiscalização descritas acima, a controlada Econorte não assumiu qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação da rodovia sob sua concessão.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	30/09/13	30/09/12
Receita de construção	34.144	25.486
Custo de construção	(34.144)	(25.486)
	-	-

d) Portonave

A Portonave, ao assinar o Contrato de Adesão com a União para a exploração do Terminal Portuário de Navegantes, fica livre de quaisquer ônus no que tange a uma remuneração por essa concessão, tanto para obtê-la quanto durante a exploração das atividades.

e) Ecovale

A continuidade dos investimentos, bem como as melhorias a serem realizados na rodovia, depende do desfecho da ação judicial que discute a nulidade do Contrato de Concessão, apresentada na nota explicativa nº 22 b).

f) Rio Canoas

Como pagamento pelo uso do potencial energético objeto do Contrato de Concessão com a ANEEL, a Rio Canoas recolherá à União, a partir da entrada em operação até o 35º ano da concessão, parcelas anuais de R\$587 referente ao Uso do Bem Público ("UBP"). As parcelas serão corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do IPCA. Por se entender que o fato gerador da obrigação ocorre apenas quando do início da operação da usina, o mesmo não será registrado até que a primeira turbina comece a operar.

A Rio Canoas celebrou, em 02 de agosto de 2011, com a Fundação do Meio Ambiente – FATMA, o Termo de Compensação Ambiental nº 075/2011 previsto na Lei 9.985/2000. Conforme o Termo de Compensação assinado, os recursos serão aplicados conforme deliberação da Fundação do Meio Ambiente - FATMA. O Ofício GBP nº 3700, de 27 de outubro de 2011, expedido pela FATMA, estabeleceu o cronograma de desembolso da Compensação Social a ser recebida pelos cinco municípios atingidos pelo empreendimento, em cumprimento ao item 6.4 da LAI – Licença Ambiental de Instalação nº 084/2011.

33. Arrendamento mercantil

As controladas NTL e Vessel-Log contrataram arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento para os contêineres que serão utilizados na prestação de serviços de cabotagem. A Companhia também possui arrendamento mercantil referente ao sistema de telefonia. Ambos estão registrados como itens do imobilizado e são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Esses arrendamentos possuem opção de renovação ao término do contrato, e não sujeitam a Companhia e suas controladas a restrições.

Em 30 de setembro de 2013, encontram-se registrados sob a rubrica de compromissos de arrendamentos mercantis os seguintes valores:

Prazo	30/09/2013			
	Controladora		Consolidado	
	Pagamentos	Valor presente dos pagamentos	Pagamentos	Valor presente dos pagamentos
Dentro de um ano	48	46	1.358	1.341
Após um ano, mas menos de 5 anos	-	-	11.853	11.496
	48	46	13.211	12.837

34. Plano de previdência privada

Em 06 de janeiro de 2012 a Companhia firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev, sendo este administrado pelo Santander Seguros S.A., Entidade Multipatrocinada de Previdência Complementar, cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas.

As contribuições da controladora no período findo em 30 de setembro de 2013 totalizaram R\$394 (R\$1.523 no consolidado) e as contribuições dos colaboradores totalizaram R\$543 (R\$1.719 no consolidado) respectivamente. O total de participantes ativos no plano na modalidade contribuição definida em 30 de setembro de 2013 é de 414 participantes.
